

RAFAEL ZUGUEIB COUTINHO

Spread e Concentração Bancária no Brasil: Um estudo teórico e empírico dos efeitos da consolidação bancária sobre as margens de intermediação financeira no período 1988 - 2003

Projeto de Monografia apresentado para obtenção parcial do título de Bacharel em Ciências Econômicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. José Luis Oreiro

CURITIBA
2003

Agradecimentos

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho. Primeiramente aos meus pais que me serviram de “porto seguro”, por ter certeza de encontrar a apoio e força necessária nos momentos mais difíceis.

Não posso deixar de registrar meu agradecimento a meu irmão Daniel, pelo companheirismo de todas as horas e por ter disponibilizado seu espaço para que este trabalho pudesse ser desenvolvido.

Agradeço ao pessoal do CACE, que me ajudou muito ao emprestar o equipamento. Agradeço meus amigos, a galera do PIKO e KOPI, em especial a Livia Philipovisck que durante mais de quatro meses me aturou ouvindo eu falar sobre a monografia e agüentou os dias que tive que ficar ausente.

E finalmente, meu especial agradecimento ao Professor e Orientador José Luis Oreiro, pela dedicação no acompanhamento e na revisão do estudo, bem como, ao colega e mestrando Guilherme Jonas, pela ajuda fundamental para finalizar esse trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	i
LISTA DE QUADROS.....	ii
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	iii
RESUMO.....	iv
INTRODUÇÃO.....	01
1. CONSOLIDAÇÃO BANCÁRIA NA ECONOMIA BRASILEIRA DE 1988 – 2003.....	04
1.1 Consolidação bancária.....	04
1.2 Consolidação nos países da União Européia.....	05
1.3 Consolidação Bancária no Brasil.....	10
1.4 Concentração Bancária no Brasil.....	17
1.5 Lucratividade dos bancos.....	23
2. SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL DE 1994 À 2003.....	30
2.1 Spread Bancário.....	30
2.2 Estudo do Banco Central.....	38
2.2.1 Decomposição Contábil do Spread.....	39
2.2.2 Decomposição Econométrica do Spread.....	43
2.3 Críticas ao Estudo do Banco Central.....	46
3. OS DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO.....	49
3.1 Consolidação Bancária e Spread Bancário.....	49
3.2 O impacto das políticas monetárias e cambial sobre o Spread.....	52
3.3 Determinantes do Spread: Testes Econométricos.....	54

CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61
ANEXO I.....	63
ANEXO II.....	69

LISTA DE TABELAS

TABELA 1.1 – OS 30 MAIORES GRUPOS BANCARIOS NA ZONA DO EURO : EM ATIVOS (US\$ milhões).....	07
TABELA 1.2 – EMPREGOS NA REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIAS : PAISES DA ZONA DO EURO SELECIONADAS.....	08
TABELA 1.3 – LUCRATIVIDADES DOS MAIORES BANCOS DOS PAÍSES DA ZONA DO EURO.....	09
TABELA 1.4 – RECEITAS NÃO – JUROS DOS BANCOS: PAÍSES DA ZONA DO EURO.....	09
TABELA 1.5 – FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR BANCÁRIO NA ZONA DO EURO – 1998/2000.....	10
TABELA 1.6 – RECEITAS INFLACIONÁRIAS DOS BANCOS	11
TABELA 1.7 – MEDIDAS PROVISÓRIAS OU RESOLUÇÃO.....	12
TABELA 1.8 – F&A NO SETOR BANCÁRIO COM BANCOS ESTRANGEIROS.....	14
TABELA 1.9 – OS DOZE MAIORES CONGLOMERADOS BANCÁRIO NO BRASIL.....	18
TABELA 1.10 – ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA, SEGUNDO ATIVOS TOTAIS.....	22
TABELA 1.11 – MARKET SHARE DOS BANCOS FEDERAIS: BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA.....	23
TABELA 1.12 – LUCRATIVIDADE DOS BANCOS : LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO (ROE).....	26
TABELA 1.13 – LUCRATIVIDADES DOS BANCOS : LUCRO LÍQUIDOS / ATIVOS TOTAIS (ROA).....	27
TABELA 2.1 – TAXA DE COMPULSÓRIO.....	33
TABELA 2.2 – SPREAD ANUAL DE 1999 –2003.....	37
TABELA 2.3 – COMPOSIÇÃO DO SPREAD GERAL (a. m %)......	42

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1.1 – PRINCIPAIS NORMAS DE INCENTIVO A CONSOLIDAÇÃO NA EUROPA.....	06
QUADRO 3.1 – ESTACIONARIEDADE: TESTE DICKEY – FULLER.....	55
QUADRO 3.2 – RESULTADO DA REGRESSÃO.....	56
QUADRO 3.3 – TESTES ESTATÍSTICO E ECONOMÉTRICOS.....	58

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

GRÁFICO 1.1 - MARKET SHARE DOS 15 MAIORES BANCOS PRIVADOS – 1988/ 2003.....	20
GRÁFICO 1.2 – LUCRATIVIDADE X MARKET SHARE.....	28
GRAFICO 2.1 – SPREAD GERAL BANCÁRIO DE 1994 – 2003.....	31
GRÁFICO 2.2 – INADIMPLÊNCIA DOS BANCOS PRIVADOS DE 1994 À 1998.....	32
GRÁFICO 2.3 – SPREAD BANCÁRIO ^a a DE 1997 À 1999.....	36
GRAFICO 2.4 – EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO SPREAD.....	43
GRAFICO 3.1 – EVOLUÇÃO DA TAXAS DE JUROS PREFIXADAS.....	51
GRAFICO 3.2 – VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS SELIC.....	54

RESUMO

A presente monografia contém uma análise da relação entre consolidação bancária e o spread bancário brasileiro. Nesse sentido, é apresentada a evolução histórica da consolidação bancária no Brasil, bem como seus fatores determinantes e seus impactos na economia brasileira. É discutida também a influência da consolidação bancária na formação do spread bancário brasileiro. Para tanto, utiliza-se um modelo econométrico de determinação do spread, com a finalidade de analisar os impactos positivos de algumas variáveis, notadamente a consolidação bancária, sobre as taxas de intermediação financeira.

INTRODUÇÃO

O sucesso da implantação do plano Real em 1994 em que as diretrizes básicas do referido plano eram baseadas em mudanças de política econômica, notoriamente a monetária e a cambial, visando a estabilização de preços (mediante o combate a inflação), equilíbrio das contas públicas e melhora do setor externo, marcou o início de várias transformações estruturais da economia brasileira.

Uma dessas transformações foi no sistema bancário brasileiro: a consolidação bancária que o país passa e os juros praticados pelos bancos na intermediação financeira.

A consolidação bancária é explicada por fusões e aquisições dentro do setor em que sua principal consequência é a redução do número de instituições e aumento do grau de concentração do mercado. Esse processo vem ocorrendo no Brasil desde 1994, quando os bancos começaram a ter perdas de receitas com floating inflacionário, após o fim de inflação alta e crônica.

O spread bancário é definido como a diferença entre a taxa de juros de captação e a taxa de aplicação cobrada ao tomador de empréstimo, ou seja, é a diferença entre os juros que o banco oferece para algum tipo de aplicação na instituição – por exemplo, poupança, CDB – e os juros que o banco cobra pelos empréstimos concedidos.

O spread bancário no Brasil é extremamente elevado. Existe uma grande discrepância entre a taxa de juros selic e a taxa de juros cobrada ao tomador final cobrado pelos bancos. Por exemplo, em outubro de 1999 a taxa selic era 18,91 % e o juros do cheque especial cobrado era 162,25% (cf., Banco Central) . A explicação para tais taxas, segundo o Banco Central é que existe um alto grau de inadimplência nesse tipo de crédito. Um estudo realizado pelo Departamento de Estudo e Pesquisas (DEPEP) do Banco Central em outubro de 1999, mostra a inadimplência o custo que mais onera o spread bancário, representando tal custo 35% do spread. Os outros formadores por grau de importância são: as despesas

administrativa (22%), IR/CSLL (11%), o lucro líquido (18%) e imposto indiretos inclusive o CPMF (14%).

Há, no Brasil, uma grande discussão a respeito do elevado preço do crédito de pessoas físicas e jurídicas e conseqüentemente os spread bancário privado no que se refere, entre outros, ao problema da concorrência no mercado bancário. Esperava-se com a entrada das instituições estrangeiras no mercado bancário brasileiro um aumento da concorrência do mesmo, o que não se realizou. Na verdade, as instituições ou aderiram às estratégias dos bancos nacionais ou estão em processo de saída do mercado brasileiro

A composição do spread e as variáveis endógena e exógenas que influencia no seu comportamento, serão os pontos centrais de estudo dessa monografia. Esta buscará analisar se o aumento do spread está correlacionado com o aumento dos juros básicos, inadimplência ou se está relacionado com uma perspectiva mais estrutural, no sentido do poder de barganha que os bancos comerciais tem no mercado ou se as políticas utilizada pelo governo para o sucesso e manutenção do Plano real geraram impactos no spread.

A monografia está dividida em três capítulos, além dessa introdução. No capítulo 1 apresenta a definição e características da consolidação bancária. Analisa-se a consolidação bancária no mundo, em destaque a Europa e os motivos que levaram o Brasil a entrar no processo da consolidação bancária, acompanhando a tendência internacional.

No capítulo 2 é apresentado a evolução do spread bancário médio no Brasil, de 1994 à 2003. Procurar examinar os estudos dos Banco Central sobre juros e spread, principalmente no que se refere sobre os determinantes do spread, defendido pelo BACEN.

No terceiro capítulo é apresentado um modelo econométrico sobre o spread bancário para testar algumas variáveis exógenas, na possibilidade de gerarem impactos sobre o spread. Além disso, será analisado se o aumento da concentração bancária nos últimos anos pode ter aumentado o spread bancário.

Capítulo 1

Consolidação Bancária na Economia Brasileira de 1988- 2003

Neste primeiro capítulo são discutidas as razões que levaram a consolidação bancária no Brasil, principalmente no plano real. Antes de tratar desse assunto foi preciso um breve histórico sobre a consolidação bancária nos sistemas financeiros capitalista no mundo, especificamente na Europa.

A consolidação bancária é explicada por fusões e aquisições dentro do setor em que sua principal consequência é a redução do número de instituições e aumento do grau de concentração do mercado . Essas fusões e aquisições no setor bancário vem ocorrendo recentemente na década de 90 no países desenvolvidos – Europa, Eua, Japão – e nos país emergentes – América Latina, Leste Europeu, Tigres Asiático devido principalmente a desregulamentação financeira, crises bancárias e avanços tecnológicos.

Na primeira seção desse capítulo são analisados as principais motivações, características, e impactos da consolidação bancária nos sistemas financeiros capitalistas num âmbito geral. Na segunda seção as causas e consequências da consolidação bancária no Brasil. Na terceira seção mostra a evolução da concentração no setor bancário no Brasil. E por último, uma análise sobre a lucratividade e a rentabilidade dos bancos.

1.1 – Consolidação Bancária

Na definição de Marques (2000, p.4) a consolidação é “associação, seja por fusões, aquisições, alianças estratégicas ou *joint ventures*, que ocorre entre instituições financeiras, que podem ser bancárias ou não – bancárias e que, em geral, reduz no setor o número de participantes, ao mesmo tempo em que aumenta o grau de concentração.”

Existem vários motivos para o processo de consolidação bancária no mundo, estreitamente ligado ao processo da globalização das economias.

Primeiramente, uma das causas da consolidação foram os avanços tecnológicos na informação e na telecomunicação ocorrida nas últimas décadas que possibilitaram o surgimento de novos produtos e serviços financeiros, incentivando as F&A .

Segundo, a desregulamentação financeira que tem como principal característica a abertura dos mercados para bancos estrangeiros teve como principal impacto a elevação da competitividade no setor e pressionando os bancos domésticos a fortalecerem dessa concorrência através das fusões e aquisições (doravante F&A) .

Terceiro, as crises bancárias na década de 90 em países emergentes levaram em sua maioria aos governos desses países a estimular a consolidação bancária e a entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico. Nos países maduros a consolidação foi dirigida pelo mercado, através de mudanças de estratégias das instituições em resposta às políticas de desregulamentação e privatizações das décadas de 70 e 80.

Através de F&A os bancos médios podem aumentar seus ativos em relação aos ativos totais do sistema bancário, isto é , o grau de concentração no mercado . Com maior poder de barganha, os bancos consolidados tem mais capacidade na formação de seus preços, principalmente na cobrança da taxa de juros de empréstimos.

Porém nos países da Europa onde a consolidação bancária foi consequência da desregulamentação financeira e avanços tecnológicos, houve uma redução nas instituições bancária, aumento no grau de concentração e, em contrapartida, um aumento da competitividade no setor que gerou uma diminuição das receitas dos bancos pôr conta de operações de crédito. Com isso o incentivo maior nas F&A nesses países foi a busca de economias de escala e escopo.

Bancos maiores podem apresentar economia de escala por se tornarem mais eficientes e a diminuição dos custos podem ser repassadas aos clientes. Os aumentos da eficiência estão ligados ao avanço tecnológico. À consolidação de

bancos universais¹ podem levar a economia de escopo, pois seus produtos e serviços produzidos em uma única unidade tende a uma redução de custos do que sua produção em unidades especializadas.

Com as F&A os bancos obtêm maior diversificação dos seus produtos e serviços. Os bancos têm maior oferta de produtos e serviços com chances de ganhos em cima do aumento do consumo de seus respectivos clientes. E ainda com a diversificação dos seus produtos e serviços e o crescimento do seu domínio de mercado, os bancos podem ter maiores ganhos com aumento de tarifas.

A consolidação bancária vem alterando a composição dos participantes no mercado do setor. A desregulamentação financeira nos países globalizados fez com que nas economias onde se consolidou o fenômeno, trouxesse uma grande entrada de bancos estrangeiros no mercado doméstico. Houve um aumento de instituições estrangeira no Market Share (poder de mercado) doméstico nos países emergentes.

Outra característica foi no aumento do desemprego no setor bancário. Tanto nos países maduros como emergentes, as F&A levaram a uma abruta que da de emprego na participação do produto dos bancos. Deve-se a isso primeiramente aos avanços tecnológico e a busca incessante de redução de custos para lidar com a forte competição bancária.

1.2 – Consolidação nos países da União Européia

A desregulamentação financeira facilitou a entrada de instituições financeiras estrangeiras no mercado doméstico dos países europeus. "(...) A abertura do setor bancário à competição internacional; os desenvolvimentos tecnológicos (...) e por último, as mudanças no comportamento das instituições financeiras, tais como a maior ênfase no retorno aos acionistas, todos esse

¹ Bancos Universais são instituições bancárias que autorizada a operar em qualquer segmento do mercado financeiro. Os Bancos Universais podem captar recursos, fazer empréstimo, subscrever e colocar ações e bônus privado no mercado, operar com seguros, ou seja, os Bancos Universais são ao mesmo tempo bancos comerciais, de investimento e de financiamento.

fatores juntos têm empurrado as instituições financeiras para um acelerado processo de consolidação“ (Paula, p. 733, 2002)

Das mudanças na regulamentação da atividade bancária na União Européia se destaca Programa de Mercado Único em 1986 e a União Monetária Européia 1999, ambos deram um impulso para a consolidação bancária aos países membros da União Européia (ver Quadro 1.1 abaixo)

QUADRO 1.1 – PRINCIPAIS NORMAS DE INCENTIVO A CONSOLIDAÇÃO NA EUROPA

Normas	Data	Descrição
Lei do Mercado Único Europeu	1986	Criou um mercado econômico único na Europa em que tem o livre movimento de mão – de – obra, de bens, de serviços e de capital entre países.
União Monetária Européia	1999	A União Monetária Européia introduziu uma moeda única na zona do euro, devendo levar a um aumento da consolidação entre países pelo aprimoramento do comércio, pela redução nos custos de conversão da moeda por parte das instituições que operam em várias nações, pela redução nos custos para os consumidores e para os negócios relacionados à compra de serviços das instituições estrangeiras

FONTE: Paula (2002)

Pode-se destacar algumas características da consolidação européia na década de 90, algumas similares ao que foi dito na seção anterior e outras especificidade própria:

- através das fusões e aquisições, existe um aumento no grau de concentração do mercado, em que os 5 maiores bancos apresentam uma taxa de crescimento em ativos muito maior que a média no período de 1990 à 1999 (ver Tabela 1.1abaixo) provocando uma aumento de concentração no setor.
- A consolidação é recente, visto que os 30 maiores bancos são resultado de F & A nos últimos 3 anos - Tabela 1.1 abaixo

**TABELA 1.1 – OS 30 MAIORES GRUPOS BANCARIOS NA ZONA DO EURO :
EM ATIVOS (US\$ milhões)**

	1990		1995		1999
Crédit Agricole	241992	Deutsche Bank	368261	Deutsche Bank + Bankers Trust*	732534
BNP	231463	Crédit Agricole	328152	BNP Paribas*	688361
Crédit Lyonnais	210727	Crédit Lyonnais	327903	ABN-Amro*	504122
Deutsche Bank	202263	ABN-Amro	290835	Hypovereinsbank*	504122
Société Générale	164741	Société Générale	278006	Crédit Agricole + Indosuez*	455792
Caisses d'Epargne	152722	BNP	271635	Société Générale	447545
Dresdner Bank	147001	Dresdner Bank	253818	Dresdner Bank	427261
Paribas	138668	Paribas	242219	Westdeutsche Land Giro	408372
Commerzbank	112825	Westdeutsche Land Giro	237535	Commerzbank	381359
DG Bank	109168	Commerzbank	220704	ING Bank Group*	326813
IBSanPaolo	107403	Bayerische Vereinsbank	204423	Fortis*	323567
Westdeutsche Landesbank Giro	104508	Caisses d'Epargne	187411	Rabobank Netherlands	291353
Bayerische Vereinsbank	102191	Bayerische Hypotheken & Wechsel	177540	Crédit Mutuei + CIC*	284461
BNL	100967	Bayerische Landesbank	171816	Bayerische Landesbank	284064
Amro Bank	93824	Krediteanstalt fur Wiederaufbau	158736	BSCH*	258872
Bayerische Landesbank	90855	DG Bank	158227	DG Bank	248297
ABN	90411	Bankgesellschaft Berlin	157197	Crédit Lyonnais	243708
Bayerische Hypotheken & Wechsel	90129	Rabobank Netherlands	155082	Banques Populaires + Natexis*	239673
Rabobank Netherlands	90016	SanPaolo Bank Holding	153115	BBVA*	237747
BCI	88594	Generale Bank	126889	Caisses d'Espargne	235660
NMB Postbank Group	84194	International Nederland Bank	125343	Dexia*	232601
Caripla	82103	Nordeutsche Landesbank	118507	Bankgesellschaft Berlin	220646
Monte dei Paschi di Siena	75694	Banco Santander	114174	SanPaolo IMI*	185403
Credito Italiano	75223	Caripla	107788	Banca Intesa*	179258
CIC Group	74725	Sudwest LB	107602	Unicredito Italiano*	171730
BBV	69986	Crédit Communal de Belgique	99941	Nordeutsche Land Giro	170759
Generale Bank	67637	BBV	99174	KBC Bank*	163125
Nordeutsche Landesbank	67515	BNL	98662	Bank Austria*	140161
Banques Populaires	64701	CIC	97839	BCI	132188
Banque Indosuez	55316	Banca di Roma	93373	Banca di Roma	122145
BBL	50548	BCI	92449	Merita Nordbanken*	112049
	US\$ milhões		US\$ milhões tx.cresc.		US\$ milhões tx.cresc.
Média	114905		190739 66,00		320977 68,28
Média dos 5 maiores	210237		318631 51,56		576986 81,08
Média dos 3 maiores	228061		341439 49,71		641672 87,93

Fonte: Paula (2002, p.5)

* Grupos bancários que resultam de recentes fusões

- uma redução de empregados no setor bancário europeu (ver Tabela 1.2)

TABELA 1.2 – EMPREGOS NA REESTRUTURAÇÃO BANCÁRIAS : PAÍSES DA ZONA DO EURO SELECIONADAS (1)

PAÍSES	NÚMERO DE EMPREGO (2)			PICO DESDE 1980(3)		
	1980	1990	1997	Números (1000)	Anos	Var. %
Áustria	62	75	75	77	1992	-2,3
Bélgica	68	79	77	77	1992	-2,5
Finlândia	42	50	26	53	1989	-50,3
França	398	399	382	401	1988	-4,7
Alemanha	533	696	751	758	1994	-0,9
Itália	277	324	314	333	1993	-5,6
Países Baixos	56	59	60	63	1992	-4,8
Portugal	107	116	115	117	1991	-1,7
Espanha	252	252	242	256	1991	-5,4

FONTE: Paula (2002)

(1) Exceto os países: Reino Unido, Luxemburgo, Dinamarca, Grécia, Suécia. (2) Em instituições depositárias. (3) Como percentual do resultado bruto

- o aumento da competitividade bancária reduziu os ganhos em cima dos juros de intermediação financeira (margem líquida de juros). No contexto de desregulamentação financeira e de aceleração no ritmo da inovação financeira, os bancos têm buscado aumentar suas rendas não – financeira como fonte de receita (tarifas e comissões) como mostra a Tabela 1.3. e 1.4

TABELA 1.3 – LUCRATIVIDADES DOS MAIORES BANCOS DOS PAÍSES DA ZONA DO EURO(1)

PAÍSES	RETORNO SOBRE ATIVOS (3)			MARGEM LÍQUIDA DE JUROS		
	1996	1997	1998	1996	1997	1998
Bélgica(2) – 4 bancos	0,54	0,65	0,50	1,79	1,69	1,55
Finlândia – 1 banco	0,73	1,06	-0,08	1,62	1,44	0,96
França – 6 bancos	0,32	0,37	0,27	1,09	1,07	0,63
Alemanha – 3 bancos	0,51	0,36	0,56	1,37	1,23	0,98
Itália – 8 bancos	0,40	0,02	0,61	2,15	2,03	2,06
Países Baixos – 3 bancos	0,80	0,81	0,60	2,20	2,06	1,90
Espanha – 6 bancos	0,84	0,99	1,07	2,57	2,66	2,76

FONTE: Paula (2002)

NOTA: Como percentagem da média do total dos ativos

(1) Exceto os países: Portugal, Reino Unido, Dinamarca, Grécia, Austria, Suécia, luxemburgo. (2) Em 1998, somente três bancos, (3) Lucros antes dos impostos

TABELA 1.4 – RECEITAS NÃO – JUROS DOS BANCOS: PAÍSES DA ZONA DO EURO(1)

PAÍSES	RECEITAS NÃO JUROS (%)		
	1980 – 82	1986 – 88	1992 – 94
Alemanha	29	30	29
França	16	17	46
Itália	26	29	26
Bélgica	15	22	26
Países Baixos	25	26	30
Espanha	18	20	27

FONTE: Paula (2002)

(1) Exceto os países: Portugal, Reino Unido, Dinamarca, Grécia, Austria, Suécia, luxemburgo e Finlândia.

- as fusões e aquisições têm ocorrido muito mais dentro das fronteiras nacionais do que entre países. Os bancos europeus domésticos são tratados como bandeiras nacionais. Alguns governos dos países membros recusam a fusão e

aquisição de bancos entre países membros. Já as F&A envolvendo outros países fora da zona do euro, vem aumentando bastante nos últimos anos.

TABELA 1.5 - FUSÕES E AQUISIÇÕES NO SETOR BANCÁRIO NA ZONA DO EURO – 1998/2000

	Mesmo país	Outro país da zona do euro	Outro país da zona do euro	Total
Bancos - bancos				
1998	8445	147	13787	22379
1999	41242	9465	7495	58202
2000(1)	4528	0	11654	16182

FONTE : Paula (2002,p. 753)

NOTA: Valores em milhões de dólares . (1) 1º de janeiro a 10 de abril

1.3- Consolidação Bancária no Brasil

Existem um conjunto de fatores e acontecimentos que influenciaram a consolidação bancária no Brasil. Esses fatores foram : o Plano Real, os programas governamentais PROES (Programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro estatal) e PROER (Programa de incentivo para a reestruturação do sistema financeiro privado), desregulamentação financeira, as crises bancárias de 95/96 e crise externa de 1997-1998, o Acordo da Basiléia e os avanços tecnológicos

Com implementação do Plano Real em maio de 93, ocorreu uma rápida redução da taxa de inflação. Antes do Plano Real os bancos ganhavam em cima dessa inflação alta que o país apresentou durante a década de 80 até este plano econômico . As principais receitas dos bancos eram: aplicação de overnight – aplicação dos depósitos bancários em títulos públicos – e principalmente o *floating inflacionário*² .

² De acordo com Cysne e Costa (1996, p.7)” juros reais negativos pagos pelo excedente dos depósitos à vista emitidos por estes (bancos comerciais) sobre o total de seus encaixes, sejam aqueles depositados no Banco Central ou mantidos em caixa pelas agências bancárias “

Com a estabilização dos preços a partir do segundo semestre de 93, as receitas vindas com o floating caíram a zero, e queda abrupta de overnight. Os bancos mantinham ativos não remunerados e aplicavam em títulos de overnight que rendiam no mínimo a correção monetária. A Tabela 1.6 abaixo mostra as receitas inflacionárias dos bancos. De acordo com a tabela abaixo, os bancos tiveram uma bruta perda de receita em cima da inflação após o Real.

TABELA 1.6 – RECEITAS INFLACIONÁRIAS DOS BANCOS

RECEITAS INFLACIONÁRIA/ PRODUÇÃO			
Ano	Privado	Público	Priv+Público
1990	31,3	38,7	35,7
1991	34,7	46,5	41,3
1992	31,3	55,5	41,9
1993	19,6	67,7	35,3
1994	11,1	38,4	20,4
1995	-0,9	2,5	0,6

FONTE: IBGE/DECNA (1997, P.44-6)

Os bancos de pequeno porte que ganhavam com overnight acabaram não resistindo com essa perda de receita e foram extintos. Foi preciso que os bancos se ajustassem a essa nova realidade mudando o seu padrão de receita e ajuste patrimonial e operacional, num processo de F&A.

Nos primeiros meses do Real, com a retomada do crescimento econômico, os bancos aumentaram suas operações de crédito para compensar sua perda de receita com floating. Um ano após o Plano Real, teve adoção de uma política monetária e creditícia altamente restritiva devido á crise mexicana³, diminuindo o crescimento econômico do país em 1995 e aumento de inadimplência dos tomadores de empréstimos . Nesse contexto, os efeito dessa política monetária teve reflexos nos grandes bancos varejista. Foi preciso a intervenção do Banco

³ A taxa básica de juros Selic de 20%^{aa} passa para 65%^{aa}.

Central ao Banco Econômico em 11.8.1995 e em novembro intervenção no Banco Nacional .

Para impedir a eclosão de crise bancária sistêmica³ o governo adotou várias medidas voltadas para a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro. Das medidas preventiva se destaca a criação do PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional) e os incentivos as F& As (Tabela 1.7)

TABELA 1.7 – MEDIDAS PROVISÓRIAS OU RESOLUÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA OU RESOLUÇÃO

Medida Provisória 1.179 – foram criados incentivos fiscais para a incorporação de instituições financeiras. Bancos insolventes passaram a ser assumidos por outras instituições.

Medida Provisória 1.182 – ampliou os poderes de intervenção do Banco Central nas instituições financeiras com problemas de liquidez, de maneira que realize ações preventivas para sanear o sistema financeiro. Essa Medida Provisória convertida em lei 9.447 em 1997, facultou ao Banco Central desapropriar as ações do controlador de um grupo financeiro com problema de liquidez e, posteriormente, efetuar sua venda por meio de oferta pública, caso os controladores não aceite as recomendações do Banco Central de novo aporte de recursos, transferência do controle acionário ou a reorganização societária por meio de incorporação, fusão ou cisão.

Resolução 2.208 – instituiu o Proer, um programa que detém uma linha especial de assistência financeira destinada a financiar reorganizações administrativas, operacionais e societária de instituições financeiras que resultem na transferência de controle ou na modificação de objeto social para finalidades não - privativas de instituições financeiras. Os recursos são provenientes dos depósitos compulsórios recolhidos pelas próprias instituições integrante do sistema financeiro, não comprometendo o orçamento fiscal

Resolução 2.211 – regulamentação do Fundo Garantidor de Crédito, que estabelece uma garantia de até R\$ 20 mil por titular para os depósitos e aplicações, nos casos de decretação de intervenção, liquidação extrajudicial, falência.

Resolução 2.212 – aumento do capital mínimo para abertura de novos bancos. Eliminou a exigência de que o capital mínimo de um banco estrangeiro fosse o dobro do banco nacional

FONTE: Puga(1999), Rocha (2002)

³ O risco sistêmico é a possibilidade de que os efeitos da quebra de uma instituição financeira se propaguem por todo o sistema financeiro, gerando quebras sucessivas de outras instituições, provocando um colapso em todo o sistema.

Através da Resolução 2.212 citada acima e a Exposição do Motivo 311⁴, se dá um grande impulso para a entrada de bancos estrangeiros. O pedido de entrada dos bancos estrangeiros no país foi primeiramente para solucionar os bancos com dificuldades. Outros motivos segundo Puga (1999, p.18), foram: “ a escassez de capitais nacionais; a eficiência operacional e a capacidade financeira superior dos bancos estrangeiro, com reflexos positivos sobre o preço dos serviços e sobre o custo do recursos oferecidos à população; e a introdução de novas tecnologia “

A desregulamentação financeira foi um dos mais importantes acontecimentos para o desenvolvimento da consolidação. De acordo com a Tabela 1.8 várias transações aconteceram, com destaque para a compra do Bamerindus pelo HSBC com recurso do PROER e a compra do Banespa pelo Santander (BSBC). O Banco Santander do Brasil com essa aquisição tornou-se o maior banco estrangeiro no país, e terceiro maior banco privado nacional

⁴ A Exposição de Motivos n. 311, aprovado pelo Presidente da República, decreta ser do interesse do país a

TABELA 1.8 - F&A NO SETOR BANCÁRIO COM BANCOS ESTRANGEIROS

Ano	Adquirinte	Origem	Instituição adquirida
1997	HSBC	Reino Unido	Bamerindus
1997	Loyds	Reino Unido	Multiplic/losango
1997	Santander	Espanha	Banco Noroeste
1998	Caixa Geral de Depósitos	Portugal	Bandeirantes
1998	BBVA	Espanha	Excel- Econômico
1998	CSFB	Suíça	Banco Garantia
1998	Chase Manhattan	EUA	Patrimônio
1998	Sudameris(Intesa/Crédit Agricole)	Itália/França	America do Sul
1998	ABN – Amro	Países Baixos	Banco do Estado de PB
1998	ABN – Amro	Países Baixos	Banco Real
1999	BSCH	Espanha	Meridional/ Bozano Simonsen
2000	BSBC	Espanha	Banespa

Fonte: Elaboração própria do autor com informações de Marques (2002)

Em 1996 o governo inicia o programa de incentivo as privatizações dos bancos públicos, conhecido como PROES (programa de incentivo para reestruturação do sistema financeiro estatal), devido aos problemas de endividamento dos bancos estaduais e às crises bancárias de 95.

Os governos estaduais podiam obter dos seus bancos um volume de financiamento ilimitado. Esse abuso dos controladores dos bancos estaduais e dos governos estaduais levaram a um endividamento alto dos bancos que acabaram tendo problemas de liquidez. Viu-se a necessidade de saneamento das contas dos bancos públicos.

entrada e aumento da participação de instituições financeira estrangeira no país.

O PROES entra em vigor com a finalidade de sanear o sistema financeiro público e estadual com a Medida Provisória 1.514. De acordo com Puga (1999, p.16)

“Pela primeira vez, a ajuda federal num montante de 100% dos recursos necessários ao saneamento dos bancos estaduais foi condicionada ou a privatizações das instituições ou à sua transformação em agência de fomento ou sua liquidação. Se não houvesse a transferência do controle acionário ou transformação em agência de fomento, a ajuda federal reduziria para 50% dos recurso necessários”

Em 1998 através da Medida Provisória 1.702–26, a União só concedia recursos do PROES aos estados, se os estados passassem o controle dos bancos problemáticos ao governo federal, que deveria privatizá-los ou extingui-los.

O governo federal emitiu US\$48 bilhões em títulos para o saneamento dos bancos estaduais. Do total, US\$ 26 bilhões foram destinados à dívida do governo estadual de São Paulo com o Banespa, US\$ 8 bilhões foram para a Nossa Caixa, US\$ 4 bilhões para o Banestado, US\$ 1,5 bilhões para a Bemge, US\$ 3 bilhões para o Banrisul e US\$ 3 bilhões para o Banerj (Puga, 1999, p.22)

Segundo Marques (2002, p.41), dez bancos foram extintos, seis bancos privatizados pelos governos estaduais, sete bancos federalizados para posterior privatização, cinco bancos foram reestruturados e apenas três bancos não participaram do PROES dos trinta e cinco bancos estaduais existentes em 1996. Além disso foram instaladas catorze agências de desenvolvimento.

Em 1997 e 1998 foi período de crises externas no sistema financeiro internacional. As crises asiática (1997) e russa (1998) não geraram grandes perdas aos bancos no Brasil. O que se verifica em resposta a essas crises é um ajustamento de ativos dos bancos: primeiramente os bancos aumentam a participação de títulos imobiliários e haveres pós – fixado ou corrigido pelo câmbio em seu ativos (títulos públicos de curto prazo e juros reais altas);

segundo, os bancos reduziram seus volumes de créditos e por último, fizeram uma política de hedge cambial contra uma possível desvalorização cambial. Essa estratégia dos bancos trouxe grandes lucros com a flexibilização do câmbio e com a elevação dos juros após a crise russa

Ao comportamento negligente de bancos internacionais que precedeu a crise asiática de 97 surge a necessidade de novas regras de regulação bancária internacional. O Comitê de Supervisão Bancária do BIS - Comitê da Basileia - fixa nova taxa de retenção de capital mínimo em relação ao risco das suas operações ativas dos bancos – de 8% para 11% - e aumenta o capital inicial para autorização de funcionamento dos bancos. Essa medida de aumento do capital próprio dá uma grande ajuda para a realização das F&As, pois na necessidade de novos aportes dos controladores e sua incapacidade de não consegui-la, restaria ao banco sua venda, admissão de novos sócios ou redução das atividades (Rocha,2001,p. 11)

Além desses fatores que determinaram a consolidação bancária no Brasil, faltou analisar um outro aspecto que incentivou as F&As no país: os avanços tecnológicos no setor.

O Brasil já apresentava uma tecnologia eficiente nas operações bancárias como compensação, transferência e depósitos, resultado do período de alta da inflação. Os bancos começaram a fazer um pesado investimento em tecnologia com implantação de um novo Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB), que gerou melhorias na velocidade e segurança nas transferências entre os agentes. Os elevados investimentos no Sistema Brasileiro de Pagamentos e os avanços tecnológicos na oferta de produtos e serviços dos bancos (diversificando – os), serviu com o incentivo de F&As de duas maneiras: primeiro, a busca dos bancos por custos unitários menores em investimentos em SPB, levaria a F & A dos bancos para ter ganhos de escala⁵ e maior viabilidade aos investimentos em SPB; e em segundo, os avanços tecnológicos possibilitaram o desenvolvimento e a criação de vários produtos e serviços. Com o objetivo de aumentarem as vendas cruzadas e ofertas de mais produtos – economia de renda – com a

economia de escopo⁶ levou a universalização bancária , isto é, a junção das diversas atividades bancárias em uma única instituição.

1.4 - Concentração Bancária no Brasil.

Uma vez apresentados os fatores que levaram a consolidação bancária no Brasil, é visto que a principal consequência da consolidação bancária foi o aumento do grau de concentração de mercado no setor bancário.

Após a reforma bancária de 1988 que trouxe novas regulações "... que veio adequar o marco legal à realidade institucional do sistema bancário" (Marques, 2002, p.56) Extingui-se as cartas – patentes necessários para o funcionamento das instituições trocando para adequação de capital – mínimo. Novas regras quanto ao grau de alavancagem da instituição, critérios de idoneidade e competência de seus gestores também são criadas.

Com essas medidas da reforma bancária de 88, viabiliza o surgimento de novos bancos múltiplos. Os bancos múltiplos são os bancos comerciais, de investimentos, sociedades de créditos numa única instituição. O nº dessas instituições nesse período de 1988 – 1994 aumenta de 106 para 244. (Ibid,2002, p.57).

Após 1994, com estabilização dos preços no Plano Real e consequentemente a eliminação dos ganhos em floating e overnight, vários pequenos bancos foram extintos. Com a crise bancária de 95, o governo inicia o processo de desregulamentação financeira e programas de incentivos diretos na promoção F & A - PROER E PROES - começava plenamente o processo de fusões e aquisições entre bancos.

A desregulamentação bancária aumenta o Market Share estrangeiro sobre os ativos totais do setor. Segundo Paula (2000, p.15.) em 1994 a participação

⁵ Economia de Escala : Os custos unitário de um produto é decrescente com a expansão da produção do mesmo.

⁶ Economia de escopo : produtos ou serviços produzindo conjuntamente e em uma única unidade tende a ter custos menores com relação a produção em unidades especializadas.

estrangeira (em ativos) nos ativos totais do setor bancário era 7,2 % em 1994, em 2000 já estava em 27,4 % .

Há uma reação defensiva dos grandes bancos privados a essa entrada dos bancos estrangeiros. Os três principais bancos privados nacionais – Bradesco, Itaú e Unibanco - participam de grandes F& As. Algumas importantes compras, tais como a compra do banco Nacional pelo Unibanco, o BCN pelo Bradesco e o Banestado, Banerj, Bemge pelo Itaú.

Os bancos nacionais são hegemônicos no setor bancário brasileiro e controlam um parcela significativa do setor. Na Tabela 1.9 apresenta os dozes maiores conglomerados bancários no Brasil, os quais, os quatro maiores conglomerados bancários no Brasil são nacionais.

TABELA 1.9 – OS DOZE MAIORES CONGLOMERADOS BANCÁRIO NO BRASIL.

Os doze maiores s Conglomerados Bancário no Brasil (ativos totais) em 1999-2003	1999	2000	2001	2002	2003
BB	16,95	16,87	15,4	16,11	17,79
CEF	16,88	15,68	10,83	11,49	12,36
Bradesco+BCN+Credireal+baneb+Boavista + BBV +Finasa + Banco Cidade + Banco Mercantil SP	12,93	13,19	14,3	13,68	15,01
Itaú + Bemge + Banestado+ Banerj + Beg + Fiat + Bco Itaú holding	9,93	9	9,61	9,87	10,77
Santander + Banespa	6,2	6,3	6,13	6,44	5,45
Unibanco + Bandeirante + Credibanco + Dibens + Fininvest	4,53	4,46	5,3	5,63	5,28
Abn- amnro Real + Bandepe + Banco da Paraíba	3,1	3,8	3,6	4,38	4,32
Safra	2,1	2,53	2,81	2,16	2,59
Nossa Caixa	2,2	2	2,3	2,4	2,18
HSBC	2,63	2,8	2,95	2,06	2,1
Bank Boston	2,3	2,55	3,6	2,95	1,93
Citibank	1,29	2,4	1,97	2,76	1,83

FONTE: BANCO CENTRAL

O fim do floating inflacionário, reação defensiva dos grandes bancos privados a essa entrada dos bancos estrangeiros , PROER, PROES, os avanços

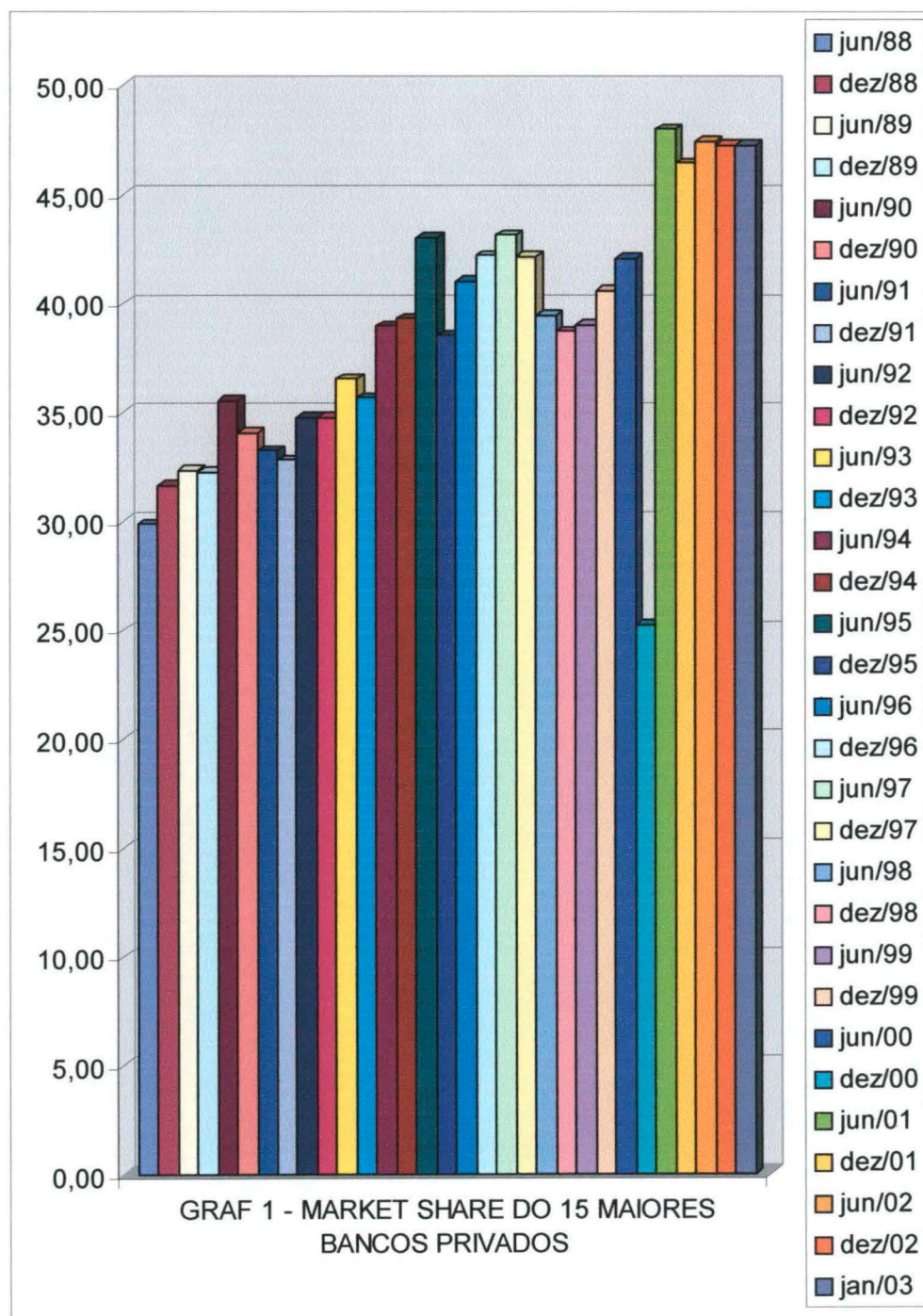
tecnológicos, o Acordo da Basileia geraram a redução das instituições bancária no país. O número de bancos múltiplos de 206 em 1993 cai para 156 em 2001.

O Gráfico 1 mostra a tendência da concentração bancária em ativos totais dos 15 maiores bancos⁷ (exceto Banco do Brasil e CCF) no período de 1988 – 2003. Em junho de 1988 esses 15 maiores bancos tinham 29,85 % dos ativos totais do setor bancário. Já em junho de 2003 a concentração passou para 47,23 %, um aumento de 58,22%, do poder de mercado dos 15 maiores banco (em ativos) .

A maior concentração bancária (em ativos) que se teve foi em junho de 98 com 48% de Market Share (poder de mercado) dos 15 maiores bancos, um aumento de 60,88% em relação a junho de 88.

⁷ Não estão incluídos os bancos públicos federais BB e CEF , pois apresenta comportamentos diferentes a do mercado por terem intervenção direta do governo federal.

GRÁFICO 1.1 - MARKET SHARE DOS 15 MAIORES BANCOS PRIVADOS - 1988 / 2003



FONTE: BANCO CENTRAL

O aumento da concentração não fica tão claro com a inclusão de bancos públicos federais. Os cinco maiores bancos no setor bancário (M5) tem um aumento de concentração de 1994 a 2003 de 0,3%. Dos dez maiores (M10) e dos vinte maiores (M20) o aumento respectivamente foram 5,47% e 7,38% no mesmo período. Comparando – se ao segmento privado, o aumento dos cinco maiores (M5) no período analisado de 1994 a 2003 foi de 25,46%, os dez (M10) foi de 16,7 % e os vinte maiores bancos⁸ (M20) a variação foi de 13,54% (ver tabela 1.10 abaixo).

⁸ Foram utilizados os bancos isolados sem considerar conglomerações bancaria

TABELA 1.10 - ÍNDICE DE CONCENTRAÇÃO BANCÁRIA, SEGUNDO ATIVOS TOTAIS⁹

Período	Índice de Concentração Bancária no setor bancário (ativos totais)			
	M2	M5	M10	M20
1994	33,43	52,29	62,45	75,11
1995	29,62	48,23	62,65	75,57
1996	27,55	47,78	59,83	71,29
1997	29,18	49,94	61,5	75,34
1998	32,06	48,37	61	74,26
1999	33,83	51,77	63,22	75,8
2000	32,56	50,17	63,82	76,62
2001	26,23	46,27	60,96	76,64
2002	27,6	48,54	62,96	78,5
2003	30,18	52,45	65,87	80,66

Período	Índice de Concentração Bancária no setor bancário privado (ativos totais)			
	M2	M5	M10	M20
1994	16	32,98	48,62	65,81
1995	20,65	36,83	51,38	67,45
1996	22,07	37,56	48,57	62,69
1997	23,15	37,25	50,92	67,59
1998	18,65	32,96	48,43	64,51
1999	21,06	35,5	49,37	66,09
2000	20,03	36,42	51,99	68,02
2001	20,07	36,26	53,02	72,12
2002	22,07	38,7	54,66	73,11
2003	24,98	41,38	56,76	74,72

FONTE: BANCO CENTRAL

Analisando ainda a Tabela 1.10, verifica-se uma tendência declinante na participação do dois maiores bancos do setor bancário, isto é, o Banco do Brasil (BB) e a Caixa Econômica Federal (CEF). Contudo a sua participação relativa é ainda predominante no setor bancário.

O Banco do Brasil teve uma redução do seu poder de mercado (em ativos) no setor. De acordo com os dados apresentados na Tabela 1.11, em 1994 o

Market Share do Banco do Brasil no setor bancário era de 20,49%, em 2003 esse valor cai para 17,81% .

Já a Caixa Econômica Federal, teve um outro comportamento com relação a evolução do seu Market Share (em ativos) . Em 1994 sua participação dos seus ativos em relação aos ativos totais do setor bancário era de 12,93%. Após cinco anos apresentou uma variação de 30,16% aumentando seu Market Share (em ativos) no setor bancário para a 16,88 % em 1999. Por outro lado em 2001 uma brusca queda 30,93% do seu poder de mercado no setor bancário em relação ao ano anterior e 2003 o Market Share (em ativos) da Caixa Econômica Federal está em 12,37 %

TABELA 1.11 – MARKET SHARE DOS BANCOS FEDERAIS: BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA

	Market Share dos Bancos Federais (ativos totais)									
	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
BB	20,49	15,97	15,66	15,67	16,74	16,95	16,87	15,4	16,11	17,81
CEF	12,93	13,65	11,88	13,5	15,31	16,88	15,68	10,83	11,49	12,37

FONTE: BANCO CENTRAL

1.5 - Lucratividade dos bancos

O Processo de consolidação bancária no Brasil, acompanhou as tendências internacionais de consolidação bancária. Houve uma redução do número de instituições financeiras, diminuição do emprego no setor, aumento do grau de concentração do mercado. Dentro dos fatores já citados durante esse texto, o processo da consolidação bancária no Brasil foi em resposta da (quase) crise bancária que resultou dos impactos da crise mexicana¹⁰ . A consolidação no Brasil teve início com a intervenção estatal no primeiro momento, e no segundo

⁹ O setor bancário brasileiro é um oligopólio, pois os 5 maiores bancos controlam mais de 50%(em ativos) do mercado bancário e os cinco maiores bancos privados controlam mais que 40%.

momento os bancos privados nacionais passaram a participar ativamente de F&As .

O aumento da concorrência do setor bancário tem levado os bancos à busca de um aumento de lucros no setor. Alguns indicadores de rentabilidade, que caracterizam a lucratividade dos bancos são : os lucros líquidos em relação ao patrimônio líquido dos bancos (ROE) e os lucros líquidos sobre os ativos bancários de cada banco (ROA).

De acordo com os dados da tabela 1.12 e 1.13 abaixo, é nítido o aumento considerável de lucratividade dos bancos – exceto o Unibanco – no período de 1998 à 2002.

Com referência aos bancos selecionados, os bancos públicos federais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) são os que apresentam maior aumento de lucratividade tanto no retorno sobre o patrimônio líquido e o retorno sobre os ativos no período analisado, atrás apenas do Banco Santander. O aumento médio de retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) e o retorno sobre ativo (ROA) dos bancos federais de 1994 à 2002, ficaram em 137,81% e 109,83% respectivamente.

Fazendo uma comparação de rentabilidade entres os bancos privados nacionais; o banco Safra é o que teve maior variação positiva de rendimento sobre o patrimônio líquido e sobre o ativo. O Itaú apresenta o menor aumento de rendimento sobre o patrimônio líquido e tem um aumento de lucratividade 41,46% sobre o ativo.

O Bradesco, o maior banco privado nacional, tem uma posição intermediária entre os bancos privados nacionais selecionados. O banco apresenta ótima evolução em seus rendimentos; sua lucratividade sobre o patrimônio (ROE) que era de 7,34 % em junho de 94 passou para 10,05% em dezembro de 2002 - chegando à 13,71% em junho de 2000 - e a lucratividade do ativo (ROA) de 0,70 % em junho de 98 passa para 0,91 % no final 2002 – aumento de 30% - no período de 1994 –2002.

¹⁰ Com a crise do México houve aumento da taxa Selic e problemas de liquidez no setor bancário

Cabe-se ressaltar o ótimo desempenho de lucratividades dos bancos privados nacionais com controle estrangeiro – principalmente do Banco Santander - e o banco público estadual Nossa Caixa que na média tiveram um aumento de ROE de 111,01%, 75,23% e ROA de 217,05%, 40,00% respectivamente, no período de 1994 à 2002.

E por último , o Unibanco o terceiro maior banco privado no Brasil que tem participação estrangeira, apresentou o retorno sobre o patrimônio líquido e ativos em 2002 menores do que 1994, não acompanhando a tendência do resto dos outros bancos (ver tabela 1.12. E 1.13).

TABELA 1.12 – LUCRATIVIDADE DOS BANCOS : LUCRO LÍQUIDO / PATRIMÔNIO (ROE)

Lucro líquido / Patrimônio Líquido (ROE)	DATA										VARIÇÃO % de 98 – 02
	Jun/98	Dez/98	Jun/99	Dez/99	Jun/00	Dez/00	Jun/01	Dez/01	Jun/02	Dez/02	
Bancos Públicos Federais											
Banco do Brasil	6,59%	6,86%	8,15%	3,70%	5,18%	7,34%	3,71%	8,89%	10,31%	13,10%	98,76%
Caixa Economica Federal	4,03%	5,71%	3,08%	7,20%	2,68%	8,68%	-104,86%	-7,55%	13,12%	11,16%	176,92%
Bancos Públicos Estaduais											
Banco Nossa Caixa	4,24%	7,88%	6,10%	5,99%	5,04%	12,39%	10,59%	13,02%	13,44%	7,43%	75,23%
Bancos Privados Nacionais (P.N)											
Bradesco	7,34%	9,22%	6,81%	9,57%	13,71%	9,64%	11,36%	11,54%	8,66%	10,05%	36,92%
Itaú	8,58%	17,15%	17,11%	13,14%	10,64%	14,18%	16,97%	15,03%	9,03%	11,67%	36,01%
Safra	8,63%	7,19%	12,82%	6,98%	12,84%	10,16%	9,77%	12,53%	8,86%	12,69%	47,04%
Bancos P.N com controle estrangeiro											
Santander	6,24%	2,84%	4,17%	0,96%	4,27%	5,00%	-151,67%	15,84%	21,06%	25,01%	300,80%
Banespa											
Abno – Amnro Bank	6,96%	-5,60%	5,15%	0,62%	2,72%	2,97%	4,83%	2,54%	7,53%	7,72%	10,91%
HSBC	4,92%	6,15%	18,10%	6,85%	10,56%	6,37%	8,93%	9,18%	10,44%	5,97%	21,34%
Bancos P.N com participação estrangeira											
Unibanco	8,67%	7,24%	9,75%	7,10%	8,37%	7,07%	7,45%	8,90%	7,55%	8,08%	-6,80%
BBA – Credistalt	10,88%	10,92%	27,18%	6,69%	8,99%	12,09%	8,08%	9,20%	11,67%	-	-

FONTE: BANCO CENTRAL

TABELA 1.13 – LUCRATIVIDADES DOS BANCOS : LUCRO LÍQUIDOS / ATIVOS TOTAIS (ROA)

Lucro líquido/ Ativo total	DATA										VARIAÇÃO % de 98 - 02
	Jun/98	Dez/98	Jun/99	Dez/99	Jun/00	Dez/00	Jun/01	Dez/01	Jun/02	Dez/02	
Bancos Públicos Federais											
Banco do Brasil	0,32%	0,35%	0,41%	0,21%	0,27%	0,42%	0,21%	0,47%	0,48%	0,59%	84,37%
Caixa Economica Federal	0,17%	0,18%	0,09%	0,23%	0,09%	0,21%	-4,59%	-0,29%	0,49%	0,40%	135,29%
Bancos Públicos Estaduais											
Banco Nossa Caixa	0,25%	0,56%	0,38%	0,39%	0,31%	0,76%	0,63%	0,80%	0,72%	0,35%	40,00%
Bancos Privados Nacionais (P.N)											
Bradesco	0,70%	0,97%	0,67%	0,92%	1,24%	0,94%	1,12%	1,19%	0,81%	0,91%	30,00%
Itaú	0,82%	2,00%	2,08%	1,88%	1,53%	1,68%	2,00%	1,92%	1,17%	1,16%	41,46%
Safra	0,43%	0,42%	0,72%	0,39%	0,77%	0,59%	0,64%	0,77%	0,71%	1,14%	165,11%
Bancos P.N com controle estrangeiro											
Santander	0,41%	0,10%	0,40%	0,08%	0,28%	0,42%	-11,19%	1,50%	2,15%	2,71%	560,97%
Banespa											
Abno – Amnro Bank	0,60%	-1,76%	0,71%	0,11%	0,40%	0,49%	0,81%	0,40%	1,07%	1,22%	103,33%
HSBC	0,38%	0,43%	1,32%	0,48%	0,73%	0,47%	0,54%	0,57%	0,62%	0,33%	-13,15%
Bancos P.N com participação estrangeira											
Unibanco	0,85%	0,74%	0,94%	0,87%	0,96%	0,82%	0,83%	1,07%	0,80%	0,76%	-10,58%
BBA – Credistalt	0,76%	0,86%	2,30%	0,48%	0,64%	0,90%	0,60%	0,74%	0,93%	-	-

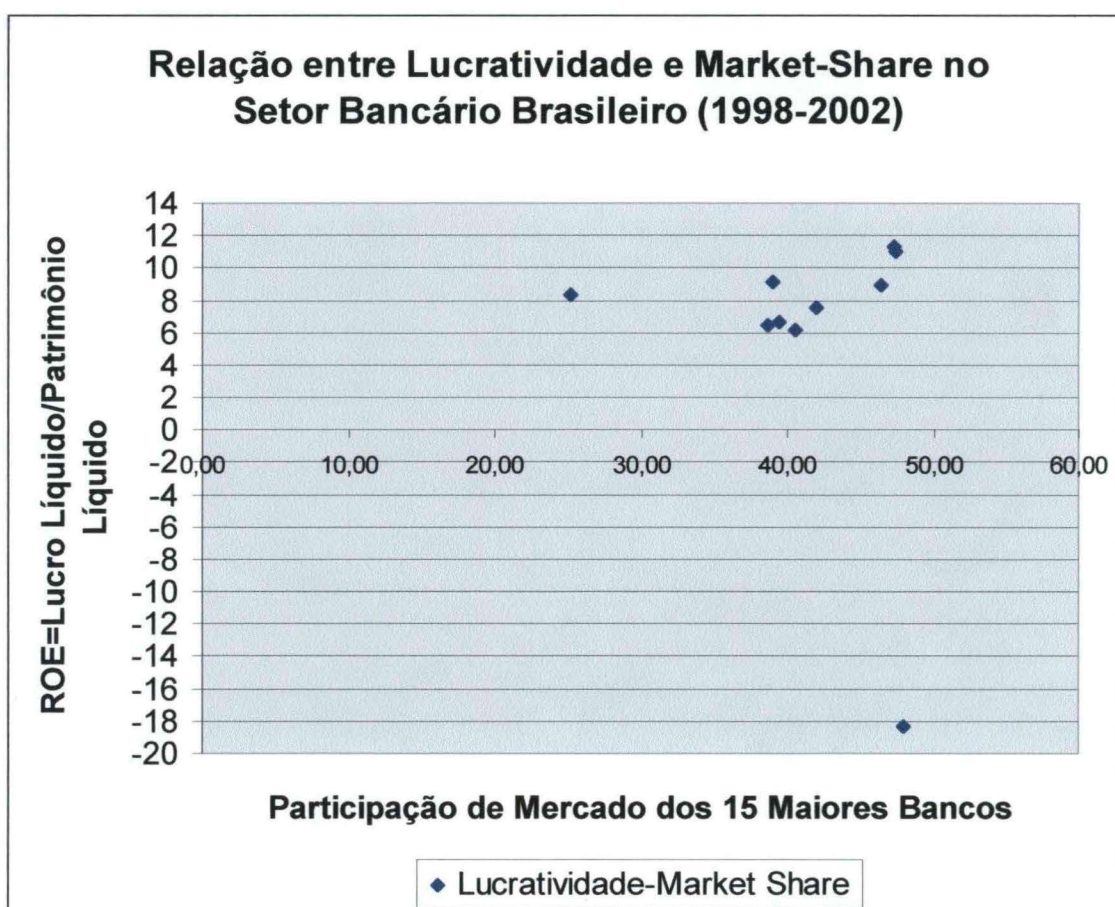
FONTE: BANCO CENTRAL

Diante do que já foi dito e analisado nesta seção, conclui-se que: o aumento da concentração no setor bancário em consequência da consolidação que o Brasil atravessa, fez com o que os bancos citados acima tivessem maiores sucesso na obtenção de lucratividade ou rentabilidade. Destaca – se os bancos públicos federais (BB e CEF) que mesmo perdendo um pouco seu poder de

mercado em ativos (ver tabela 1.11) foram que apresentam um dos melhores resultados, apenas ficando atrás do Banco Santander que teve o expressivo aumento de retorno sobre patrimônio líquido (ROE) de 6,24 % em 1994 para 25,01% em 2002 (aumento de 300,80%) e aumento de lucratividade sobre o ativo de 560,97% de 1994 à 2002.

No Gráfico 1.2 apresenta o comportamento conjunto de duas variáveis analisada nesse capítulo: o Market Share e a relação lucro líquido pelo patrimônio líquido (ROE).

GRÁFICO 1.2 – LUCRATIVIDADE X MARKET SHARE



FONTE: Autoria própria do autor

Mesmo com o pouca quantidade de amostras, com dados semestrais de 1998 à 2002, o Gráfico 1.2 comprova o que já foi dito antes: os bancos estão

tendo ao longo da consolidação bancária que passa o país, um aumento de rentabilidade e lucratividade.

Capítulo 2

SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL DE 1994 À 2003

O segundo capítulo desse trabalho procura tratar sobre o spread praticado pelos bancos no Brasil. O spread bancário, isto é, a diferença entre a taxa de aplicação e captação dos bancos, é uma variável chave para o crescimento e desenvolvimento econômico, por se tratar de uma variável relacionada ao crédito bancário.

Desde da implantação do Plano Real, em que houve uma redução das instituições bancárias no Brasil e aumento da concentração do mercado bancário, ao contrário do que se esperava, o spread bancário tem tido um comportamento de queda no período de 1994 à 2003.

Na primeira parte do capítulo mostra a evolução e o comportamento da taxa de spread geral anual, entre 1994 à 2003. Na segunda seção é apresentado, de forma abrangente, o estudo do Banco Central lançado em outubro de 1999 sobre o spread bancário no país, em que o BACEN procurou fazer um diagnóstico preciso para os juros altos praticados no país.

Além das causas, hipóteses do Banco Central a respeito ao spread bancário, a segunda parte do capítulo apresenta as duas decomposições (decomposição contábil e econométrica) defendida pelos técnicos do BACEN. Na terceira e última seção do capítulo, são feitas análises sobre esse estudo do Banco Central.

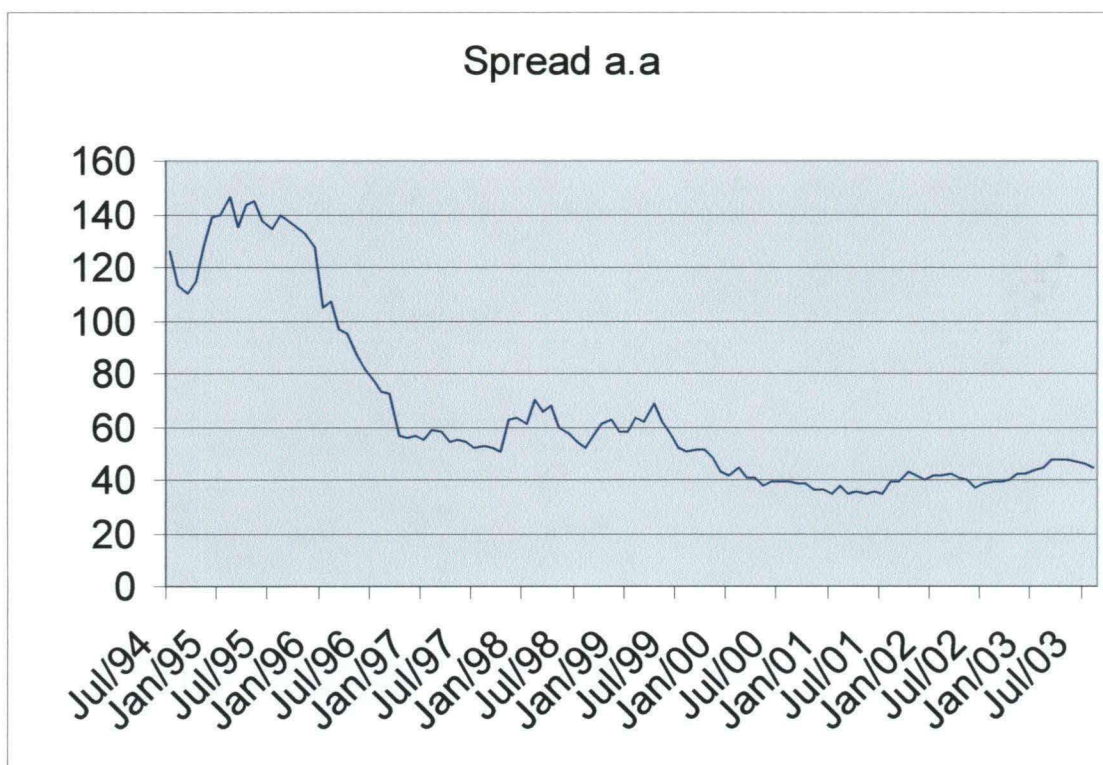
2.1 – Spread Bancário

O spread bancário é definido como a diferença entre a taxa de juros de captação e a taxa de aplicação cobrada ao tomador de empréstimo, ou seja, é a diferença entre os juros que o banco oferece para algum tipo de aplicação na

instituição – por exemplo, poupança, CDB – e os juros que o banco cobra pelos empréstimos concedidos.

O spread bancário brasileiro está entre os mais elevados do mundo. Não obstante tal spread já ter caído significativamente - quando comparado aos picos observados em 1995 - ainda permanecem em patamar bastante elevado. (ver Gráfico 2.1)

GRAFICO 2.1 - SPREAD GERAL BANCÁRIO DE 1994 - 2003

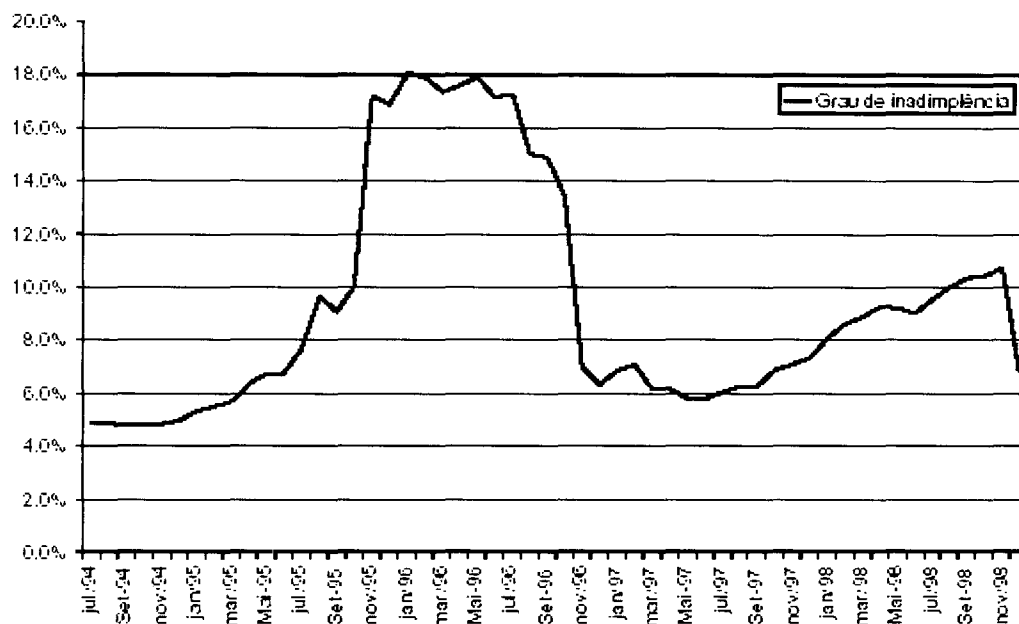


FONTE : BANCO CENTRAL

Com a crise no México, em 1995, o governo, a fim de atrair capitais ou mesmo evitar a fuga maciça dos capitais de curto prazo, foi obrigado a adotar uma política monetária contracionista de aumento de taxas de juros. Esse aumento gerou um recuo do crescimento econômico, aumento de inadimplência dos

tomadores de empréstimo (ver Gráfico 2.2) e uma redução no volume de crédito concedido pelos bancos¹.

GRÁFICO 2.2 - INADIMPLÊNCIA DOS BANCOS PRIVADOS DE 1994 À 1998



FONTE: BANCO CENTRAL

As conseqüências do aumento da taxa de juros podem ter levado a um aumento do spread bancário. Para se ter uma idéia, este atingiu, em maio de 1995, o seu mais alto nível, chegando a 144,76% ao ano.

Passado esse período de turbulência internacional e de instabilidade macroeconômica doméstica², as taxas de spread geral apresentaram uma substancial tendência de queda no período de 96 à 98. Em dezembro de 1995, o spread era de 127,37% a.a., reduzindo-se para 58,44 % a.a em dezembro de 1998.

Segundo o Banco Central, a redução da taxa de spread pode ser reflexo de algumas medidas adotadas pelo governo, quais sejam:

¹ O volume de créditos concedidos pelos bancos recuou de R\$ 68 bilhões em outubro de 1994 para R\$ 44 bilhões em agosto de 95

² Quase eclosão da crise bancária sistêmica, discutida no Cap 1

- queda da alíquota do IOF para pessoa física de 6% para 1,5%;
- queda do recolhimento do compulsório dos bancos ao Banco Central de 75% para 65% dos depósitos à vista e fim dos compulsórios para os depósitos à prazo, conforme ilustra a Tabela 2.1

TABELA 2.1 – TAXA DE COMPULSÓRIO

Data	Depósito à vista	Depósito à prazo
Abril/1999	75%	30%
Mai/1999	75%	25%
Jun/1999	75%	20%
Set/1999	65%	0%
Out/1999	65%	0%

FONTE: BANCO CENTRAL

Além dessas medidas citadas pelo Banco Central, em março de 1995, o governo brasileiro começa a adotar o regime de câmbio fixo com bandas cambiais. É um regime cambial em que há uma paridade central e um intervalo de flutuação que são as bandas. O Regime de Bandas Cambiais, adota uma flutuação para a taxa de câmbio dentro de determinados limites, ou seja, estabelece um teto e um piso. Esta forma de câmbio é considerada híbrida, porque entre os parâmetros, superior e inferior, o câmbio flutua livremente, aproximando-se dessa forma do câmbio livre. Todavia, quando a taxa de câmbio aproxima-se ou ultrapassa as bandas, as autoridades intervêm no mercado comprando ou vendendo divisas (dólares) até que a taxa retorne aos patamares estabelecidos. Sendo assim, pode-se considerar essa taxa fixa dentro de determinados valores.

A partir daí, a política econômica para manter o Real era baseada na ancoragem cambial. A ancoragem cambial é administração, por parte do Banco Central, da taxa de câmbio, através do regime de (mini) bandas cambiais, com a

finalidade de controle a inflação. Este controle se dá através do chamado choque de concorrência.

Com a abertura econômica e câmbio sobre valorizado, o preço dos produtos importados foi reduzido, estimulando as importações e, conseqüentemente, acirrando a competição dos produtos importados com os nacionais, o que foi fundamental para o combate a inflação. Isto porque os produtores domésticos não conseguem elevar (demasiadamente) seus preços, em face da enorme concorrência externa. Dessa forma, a taxa de câmbio foi o principal instrumento utilizado neste período para o combate à inflação, obtendo grande êxito na redução desta.

Em 1996, a política de ancoragem cambial foi mantida, mas as bandas cambiais foram substituídas por um sistema conhecido como *crawling peg* ativo, por meio qual o Banco Central desvalorizava o câmbio nominal em intervalos curtos, a um ritmo quase sempre em torno de 0,6% ao mês.

Em outubro de 1997, os países conhecidos como "Tigres Asiáticos" entram em crise, devido a incertezas políticas e a problemas nos seus sistemas financeiros. Tal crise atingiu diretamente o Brasil; houve um flagrante ataque especulativo contra o real, o que resultou numa enorme saída de capital do país (perda de US\$ 12 bilhões nas reservas internacionais). A solução encontrada foi a elevação da taxa de juros.

Com a eclosão da crise russa, em 1998, criou-se um ambiente de desconfiança no cenário internacional, e o Brasil, na condição de país emergente, sofreu novamente um forte movimento especulativo. Com a fuga de dólares, o país foi obrigado a desvalorizar o câmbio e a aumentar a taxa de juros.

O governo foi obrigado a "queimar" reservas internacionais para manter o câmbio. Em janeiro de 1999, a situação tornou-se insustentável, fazendo com que o governo brasileiro substituísse o regime de câmbio fixo pelo sistema de câmbio flutuante. A partir desta mudança na política cambial, o mercado financeiro é quem passa a determinar diariamente a cotação do real.

Logo após a adoção do regime de câmbio flutuante, o governo introduziu o sistema de Metas de Inflação. No sistema de metas de inflação, o BACEN define a

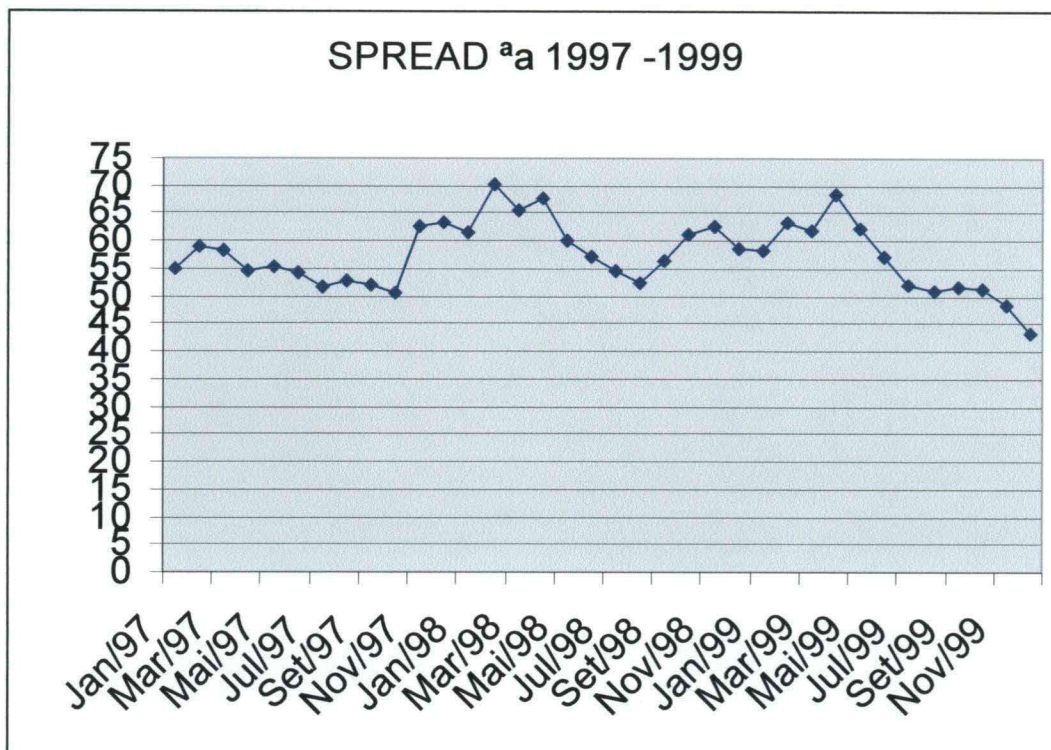
“função de reação”, baseada nas expectativas inflacionárias, em que a taxa de juros será aumentada caso a taxa de inflação esperada seja maior que a meta inflacionária,

O Gráfico 2.3 apresenta mais detalhadamente a evolução do spread bancário no período que se estende da crise asiática (1997) até a mudança do regime cambial e adoção das metas inflacionárias. Verifica-se um pequeno aumento do spread nos períodos de crises internacionais, mas passada as crises, tal tendência é revertida de queda do spread bancário no Brasil continua.

Na crise asiática em 1997 o spread bancário apresenta um pequeno aumento em relação ao ano anterior, passando de 56,37% a.a. em dezembro de 1996 para 63,26% a.a. no mesmo mês do ano seguinte.

No período da crise russa – outubro de 1998 a dezembro de 1998 – houve mais uma vez um aumento do spread bancário. Em julho de 1998 o spread era de 54,57 % a. a e passou para 62,73 % a .a em novembro de 1999 e terminou o ano em 58,44% a. a o spread bancário. Isso ocorre, porque, a qualquer desconfiança no cenário internacional causadas pelas crises – asiática e russa – o Brasil, na condição de país emergente, sofreu um forte movimento especulativo com a fuga de dólares, o que o obrigou o governo a desvalorizar o câmbio e a aumentar a taxa de juros.

GRÁFICO 2.3 – SPREAD BANCÁRIO ^aa DE 1997 À 1999



FONTE: BANCO CENTRAL

A Tabela 2.2 mostra a evolução do spread anual no quinquênio 1999-2003. No período de 1999 a 2000, o spread geral apresentou uma relevante queda³, reduzindo-se de 48,31 % a.a. (novembro/1999) para 36,11 % a.a. (dezembro/2000).

Em 2001, essa tendência descendente do spread foi revertida, em decorrência de uma série de acontecimentos: crise Argentina, crise energética brasileira, desaceleração do crescimento econômico mundial (em virtude dos atentados terroristas de 11 de setembro), aumento das taxas de juros e desvalorização do câmbio. Esse período de incerteza e instabilidade teve um impacto sobre o efeito risco de crédito e sobre a curva de juros, aumentando, assim, o custo do empréstimo ao público e o spread bancário.

³ Segundo o Banco Central, a bem sucedida implantação das metas de inflação em 99 apresentou uma grande aceitação do mercado e gerou otimismo nos agentes econômicos, possibilitando a trajetória descendente da taxa de juros básica, queda da inadimplência, o alongamento do prazo e aumento do volume das operações de crédito. No entender do BACEN, esses fatores contribuíram para a redução do spread bancário brasileiro. No entanto, tal instituição não comprovou com dados empíricos pontuais tal conclusão

De 2002 a 2003, a trajetória ascendente de aumento (pequeno) do spread foi mantida. O ano 2002, por ser um período de sucessão presidencial, gerou grandes alterações na taxa de câmbio e na taxa de juros, dada a perspectiva de um candidato de esquerda vir ganhar as eleições, o que causava grandes incertezas, tanto nos investidores externos quanto no mercado financeiro brasileiro. Assim, houve uma significativa desvalorização do real, acompanhada de uma elevação de menor magnitude da taxa de juros.

A eleição de Lula reforçou as grandes incertezas com relação ao respeito aos contratos já firmados e à manutenção da política econômica. Destarte, no início de 2003, continuou-se com a elevação de juros e desvalorização do câmbio para combater inflação, tendências que somente começaram a ser revertidas no segundo semestre de 2003, quando “os ventos do destempero e da insanidade” já não passavam mais por nosso país.

TABELA 2.2 – SPREAD ANUAL DE 1999 -2003

Data	Spread	Data	Spread	Data	Spread	Data	Spread	Data	Spread
Jan/99	58,23	Jan/00	41,67	Jan/01	35,09	Jan/02	41,61	Jan/03	44,06
Fev/99	63,4	Fev/00	44,54	Fev/01	37,76	Fev/02	41,8	Fev/03	44,59
Mar/99	61,91	Mar/00	40,99	Mar/01	34,59	Mar/02	41,91	Mar/03	47,21
Abr/99	68,62	Abr/00	40,66	Abr/01	35,61	Abr/02	40,61	Abr/03	47,48
Mai/99	62,23	Mai/00	37,48	Mai/01	34,53	Mai/02	40,29	Mai/03	47,83
Jun/99	57,32	Jun/00	39,57	Jun/01	35,23	Jun/02	37,1	Jun/03	46,99
Jul/99	52,14	Jul/00	38,89	Jul/01	34,47	Jul/02	38,58	Jul/03	45,96
Ago/99	50,82	Ago/00	38,91	Ago/01	38,99	Ago/02	39,45	Ago/03	44,31
Set/99	51,59	Set/00	38,47	Set/01	39,6	Set/02	39,61		
Out/99	51,3	Out/00	38,34	Out/01	42,72	Out/02	40,21		
Nov/99	48,31	Nov/00	36,43	Nov/01	41,5	Nov/02	42,03		
Dez/99	43,2	Dez/00	36,11	Dez/01	39,95	Dez/02	42,46		

FONTE: BANCO CENTRAL

2.1 – Estudo do Banco Central

Em outubro de 1999, tornou-se ser prioridade do governo a redução de juros cobrados pelos bancos em suas operações de crédito depois de um estudo divulgado pelo Banco Central “Juros e Spread Bancário”.

Um projeto que se iniciou em outubro de 1999 e que se estendeu a longo de três anos com o intuito de ter o mais preciso diagnóstico sobre a taxa de juros e o spread bancário no Brasil, após o Real.

Segundo o Banco Central, para ter juros mais baixos nos empréstimos, não depende de uma simples medida isolada. O sucesso da redução de juros de empréstimo e conseqüentemente diminuição da taxa de spread é preciso, segundo o Banco Central, várias pré-condições:

- é preciso uma estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro para que as instituições financeiras possam emprestar sem sobressaltos. Num ambiente econômico favorável e previsível, encoraja os bancos a aumentar o volume de crédito com preços menores;
- criação de medidas fiscais, monetárias e de regulação bancária que pudessem reduzir o impacto dessas políticas sobre o custo do crédito. Evidentemente, essas medidas favoráveis dependem de um ambiente conjuntural estável. Pois na possibilidade da estabilização da economia, o crédito e a intermediação financeira podem ser desoneradas de imposto e tarifas, do impacto de recolhimento de compulsórios e dos efeitos de exigências regulatórias;
- aumento da transparência de informações, isto é, melhoria na qualidade das informações tanto para as instituições financeiras quanto aos tomadores de empréstimos. A maior divulgação de informações de juros cobrados pelos bancos ao público podem gerar uma maior competitividade no mercado e o acesso das instituições financeiras a informações mais relevantes sobre o

seus clientes podem reduzir os prejuízos de inadimplência dos bancos e melhor selecionar e precificar os riscos de suas operações;

- normas e leis justas e eficazes aos contratos de créditos e sua cobrança junto ao sistema judiciário para minimizarem os prejuízos dos bancos associados à inadimplência. A diminuição de riscos de perdas com a insolvência do devedor, ou seja, uma diminuição de custos e prejuízos com inadimplência, podem ser repassados a todos os tomadores na forma de diminuição do spread bancário.

Com base nesse projeto do Banco Central, o governo a partir de 99 e até os dias de hoje vem adotando várias medidas para atacar as principais razões econômicas dos elevados spreads bancários no Brasil. No Anexo I, apresenta – se um conjunto de propostas e medidas adotadas pelas autoridades monetárias baseado nas referidas pré – condições

Dentre as medidas apresentadas, destaca-se a reforma do Sistema de Pagamento Brasileiro. Essa reforma garantiu maior segurança para as transações cursadas entre os agentes do mercado, reduzindo os risco e custos das intermediação financeira, e conseqüentemente, contribuiu para a estabilidade monetária e do sistema financeiro.

2.2.1 – Decomposição Contábil do Spread

No mesmo estudo do Banco Central “Juros e Spread Bancário no Brasil” lançado em 1999, o Banco Central mensurou os determinantes do spread. Segundo esse trabalho, o spread é composto por: inadimplência, despesas administrativas, impostos diretos (IR, CSLL), lucro do banco, impostos diretos (inclusive CPMF).

Para a estimação desses fatores o Banco Central pegou informações dos próprios bancos. Utilizou uma amostra dos 17 maiores bancos em 1998 e esse

conjunto de grandes bancos privados serviram de “proxy” para análise e mensuração dos componentes de spread bancário

A inadimplência está relacionada com o risco de crédito. Quanto maior a inadimplência, o risco de crédito se torna um fator determinante nos custos da intermediação financeira e menor volume de crédito será concedido pelos bancos. Para sua estimação, foram coletados os dados de inadimplência registradas pelos bancos (amostra de 17 bancos), através da conta Provisões para Devedores Duvidosos nos balanços dos bancos. Em 2000 houve uma alteração ao cálculo das despesas de inadimplência. A estimação dessa despesa passou a utilizar os fluxos de despesas com provisões para perdas com operações de crédito, apurados a partir dos demonstrativos mensais de resultado dos bancos, ao invés do saldo de Provisões para Devedores Duvidosos

Os custos administrativos é valor relativamente fixo mas que inversamente proporcional quanto ao montante de créditos. Por ser um custo diferentes nas várias modalidades de créditos, o Banco Central fez uma mensuração aproximada dessas despesas em duas etapas: primeira foi a contabilização dos custos administrativos relacionados às captações e aplicações dos bancos e a segunda foi aplicar esse dado no total das operações de créditos dos bancos a título de custo médio administrativo .

Com relação a cunha fiscal, o Banco Central cuidadosamente identificou os impostos (diretos e indiretos), taxa e recolhimentos compulsórios que oneram a intermediação financeira.

Então de acordo com o Banco Central os spreads apresentados pelas instituições foram calculados pela diferença entre a taxa de aplicação (taxa de empréstimo concedidos pelos banco ou custo ao tomador) e a taxa de captação de CDB.

A composição contábil do spread, segundo o Banco Central, é formado pela estimativa dos custos administrativos, estimativa da inadimplência, estimativa dos impostos diretos (IR, CSLL), os impactos dos impostos indiretos (PIS, COFINS, IOF e FGC) o lucro líquido dos bancos.

A Tabela 2.3 mostra a evolução do spread geral mensal e o comportamento das variáveis contábeis que o compõem de acordo com o Banco Central defende, no período de agosto de 94 a agosto de 2002. De acordo com a Tabela 2.3, verifica-se uma queda do spread geral mensal e do seus componentes formadores.

O spread mensal em agosto de 94 era 5,4 % a. m e o custo que mais onerava essa taxa, segundo o Banco Central, era as despesas administrativa. Como já visto anteriormente, com os impactos da crise mexicana há um aumento do spread geral mensal e de acordo com a Tabela 2.3, a inadimplência torna-se o custo que mais onera o spread. A inadimplência em agosto de 95 significava 33,93% do spread bancário.

Nos anos de 96 a 99 representa o período das maiores queda do spread mensal. Para o Banco Central, o resultado dessa queda ocorreu por causas das primeiras ações governamentais – redução do IOF e compulsório – na tentativa de reduzir o spread.

Em seu estudo, o Banco Central apresenta como os principais componentes responsáveis pelas maiores quedas do spread foram: a inadimplência, que em agosto de 95 era de 2,08 ponto percentual e passou em agosto de 99 para 0,89 ponto percentual, os impostos diretos que no mesmo período (agosto de 95 a agosto de 99) , diminuiu 1,29 ponto percentual, seguido pela queda de 0,6 ponto percentual das despesas administrativas. Os outros fatores, imposto indiretos e lucro dos banco , aumentaram seus custo na formação do spread bancário no referido período .(ver Tabela 2.3)

TABELA 2.3 – COMPOSIÇÃO DO SPREAD GERAL (a. m %)

Data	Composição do Spread Geral							
	A	B	C	D	E	F	G	H
	Imposto Indiretos (PIS/COFINS/IOF) e CPMF	Despesas Adm %	Inadimplencia (Saldo PDD/ Em Préstimo) (1) %	Impostos diretos IR e CSLL %	Lucro do banco	SPREAD % (A+B+C+D+E) ou (H – G)	taxa de captação CDB %	Custo ao tomador % (F+G)
Ago/94	0,36	2,03	0,49	1,76	0,76	5,4	3,88	9,28
Fev/95	0,24	1,26	1,92	1,2	0,44	5,06	2,8	7,86
Ago/95	0,31	1,23	2,08	1,83	0,68	6,13	3,75	9,88
Fev/96	0,25	1,42	1,19	0,45	0,36	3,67	2,12	5,79
Ago/96	0,22	1,07	1,04	0,72	0,59	3,64	1,96	5,92
Fev/97	0,27	1,06	0,77	0,31	0,42	2,83	1,51	4,34
Ago/97	0,27	0,88	0,58	0,6	0,79	3,12	1,5	4,62
Fev/98	0,26	0,86	0,7	0,56	0,75	3,13	1,9	5,03
Ago/98	0,26	0,84	0,82	0,54	0,72	3,18	1,5	4,68
Fev/99	0,41	0,79	0,84	0,51	1,03	3,58	-	-
Ago/99	0,38	0,63	0,36	0,68	1,16	3,21	-	-
Fev/00	0,22	0,53	0,34	0,56	1,08	2,73	-	-
Ago/00	0,22	0,46	0,34	0,51	0,99	2,52	-	-
Fev/01	0,21	0,44	0,36	0,49	0,96	2,46	-	-
Ago/01	0,22	0,51	0,42	0,51	0,99	2,65	-	-
Fev/02	0,22	0,4	0,48	0,52	1,01	2,63	-	-
Ago/02	0,22	0,39	0,47	0,57	1,11	2,76	-	-

FONTE: BANCO CENTRAL

De acordo com a Tabela 2.3, há continuidade da redução do spread no período de 1999 à 2000 em resposta das várias medidas proposta e adotadas³ pelas autoridades monetárias e governamentais. Nesse período o custo de inadimplência caiu 0,50 ponto percentual (pp), a despesa administrativa diminuiu 0,33 ponto percentual (pp), impostos indiretos teve queda 0,21 ponto percentual (pp), os lucro dos bancos caiu 0,04 ponto percentual (pp) e os impostos diretos se mantiveram constantes.

A crise Argentina e crise de energia, ocorridas em 2001, seguidas da perda do controle da inflação e do aumento dos compulsórios dos bancos, em 2002, resultaram num ambiente de instabilidade macroeconômica (aumento dos juros, diminuição do crescimento econômico) que, de acordo com estudos do Banco Central, podem ter aumentado o spread no último dois anos. Nesse período, a

³ Medidas propostas e adotadas estão dispostas no Anexo I

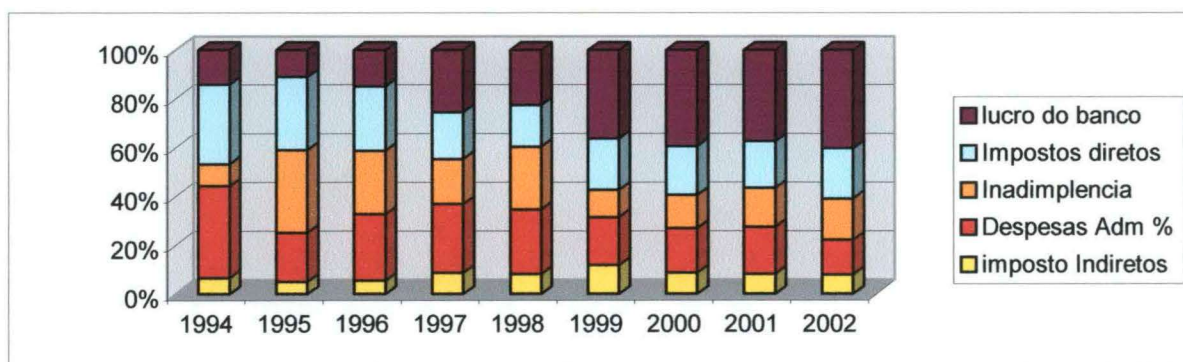
inadimplência teve um aumento de 0,11 pontos percentuais, os impostos diretos aumentaram 0,09 pp, os lucros dos bancos cresceram 0,15 pp, os impostos indiretos mantiveram, – se praticamente constantes (aumento de apenas 0,01 pp) e os custos administrativos tiveram uma redução de 0,05 pp.

Mesmo com esse pequeno aumento do spread no ano 2001 à 2002, o spread mensal de agosto de 2002 é muito menor se comparando com o spread mensal de agosto de 94. A redução dos componentes contábeis, defendido pelo Banco Central, formadores do spread bancário foi desigual.

No Gráfico 2.3, apresenta a evolução da composição dos custos que formam o spread geral mensal, a cada ano desde 1994.

Houve uma alteração, em grau de importância, dos componentes do spread. A inadimplência dos tomadores de empréstimo ou o risco do crédito sempre foi a maior causa do elevados juros do empréstimo dos bancos. Nos últimos anos os lucros dos bancos representaram o maior custo do spread. Em agosto de 2002, o lucro bancário significava 40,2 % do spread bancário.

GRAFICO 2.4 – EVOLUÇÃO DOS COMPONENTES DO SPREAD



FONTE: BANCO CENTRAL

2.2.2 – Decomposição Econométrica do Spread

Na sub-seção anterior, foi apresentada uma decomposição contábil do spread bancário defendido pelo Banco Central, em fatores relacionados com as despesas administrativas, despesas com a inadimplência, impostos indiretos,

impostos diretos e lucro dos bancos. Nessa decomposição contábil não apresenta como componente do spread a taxa de juros Selic e, além disso, a decomposição contábil não consegue mostrar qual é a sensibilidade do spread numa alteração de alguns desses componentes.

O Banco Central em 2001 na continuação do estudo lançado em 1999 - "Juros e Spread Bancário" – no seu segundo projeto chamado de "Avaliação de dois anos do Projeto", construiu uma equação econométrica do spread, para identificar a sensibilidade do spread à variações dos seus componentes no longo prazo .

A equação econométrica, segundo o Banco Central é formada:

$$\ln \text{spread} = \beta_0 \text{Trend} + \beta_1 \ln \text{selic} + \beta_2 \ln \text{adm} + \beta_3 \ln \text{risk} + \beta_4 \ln \text{imp} + \beta_5 \ln \text{comp}.$$

Em que β_{ii} ($i= 0, \dots, 5$) são os parâmetros estimados, o Trend, é uma tendência determinista, que controla outras variáveis que podem ter efeito sobre spread que não estão relacionado na regressão acima⁴. Os regressores são: a Selic; que é a taxa básica de juros, adm; é a medida de despesa administrativa, risk; é uma medida de risco medido através do spread do C-Bond sobre o rendimento do título do Tesouro Americano de mesma maturidade, imp; são impostos indiretos e o comp são os encaixes dos compulsórios sobre os depósitos à vista dos bancos.

Existem algumas diferenças dessa decomposição econométrica com relação a decomposição contábil, que merecem ser discutidos:

- 1) A variável risco substitui a variável inadimplência, utilizada na decomposição contábil. A variável risco é uma variável relacionado ao cenário futuro e quanto a inadimplência refere-se à perda de créditos

⁴ Como taxa de inflação, nível de atividade econômica, as mudanças estruturais sobre a indústria bancária decorrente das políticas de juros, entradas de bancos etc..

concedidos no passado. A equação econométrica formulada pelo Banco Central utiliza taxa ex ante de spread, por isso, o spread apresentou mais identificação e sensibilidade com relação a alterações na variável risco, no processo da especificação econométrica.

- 2) A equação econométrica apresenta a variável Selic, isto é, uma variável relacionada com a taxa de juros. Com a inclusão da taxa Selic na equação, pode analisar a sensibilidade do spread ao efeito da expectativas com relação ao cenário macroeconômico que leva com isso as autoridades monetárias alterarem a taxa básica de juros .
- 3) A eliminação das variáveis relacionadas aos impostos diretos e os lucros dos bancos ou margem líquida dos bancos. A hipótese do Banco Central é que essas variáveis estão distribuídas entre os componentes *Selic* e *risk*. De acordo com o Banco Central a taxa Selic mede, em parte, a taxa bruta de mark up ⁵, que está relacionada com os imposto diretos e a margem líquida dos bancos. Já a variável *risk* pode, em partes, refletir uma parcela da margem líquida dos bancos, pois os rendimentos das diferentes modalidades de créditos dos bancos estão relacionados pelo risco que cada tipo de crédito possui.

As amostras mensais dos regressores que foram usado para estimar a equação, compreendem de agosto de 1994 a setembro de 2001. As variáveis imposto indiretos e compulsórios foram consideradas variáveis externas.

Foram feitas oito defasagens em todas variáveis da estimação, incluindo variáveis dummies para janeiro de 1996, novembro de 1997 e dezembro de 1997 para gerar resíduos normais. O resultado da estimação do spread em relação ao seus componentes no longo prazo foi:

⁵ Segundo o Banco Central, a diferença entre a taxa Selic e a taxa de CDB - mantendo estável a influência dos outros fatores – pode ser interpretado como um grau de mark up bruto e ainda ter a possibilidade de mensurar o excesso que a taxa de empréstimo tem sobre a taxa de captação dos bancos

$$\ln \text{spread} = - 0,0003 \text{ tend} + 0,503 \ln \text{Selic} + 1,554 \ln \text{adm} + 0,219 \ln \text{risk} + 0,723 \ln \text{imp}$$

A equação assim estimada não apresenta violações das hipóteses de normalidade, ausência de correlação serial e sem homocedasticidade. No teste t, todas as variáveis se mostraram estatisticamente significativa, menos os depósitos compulsórios que foi excluída da equação.

Através dessa equação o spread sofre positivamente efeito no longo prazo da taxa Selic, das despesas administrativas, ao risco, aos impostos e isola-se do efeitos dos outros fatores – por exemplo, a inflação – pela tendência determinista.

O resultado da equação estimada, mostra a elasticidade do spread bancário com relação as variáveis que formam a equação. A variável despesas administrativas é o fator que tem os maiores impactos (medido pela elasticidade) sobre o spread. Pelo resultado obtido pela equação estimada, se as despesas administrativas aumenta em 1% , por exemplo, o spread aumentará em 1,554 %; se a despesa administrativa aumentar em dez pontos percentuais, o spread tem uma variação positiva de 15,54 %; se aumentar em vinte, o spread aumenta mais 31,08 %, assim por diante.

2.3 – Críticas ao Estudo do Banco Central: o modelo econométrico

A busca e manutenção da estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro foram as prioridades do Banco Central e do governo nos últimos anos. No estudo sobre o spread lançado em outubro de 1999, o Banco Central afirma que a estabilidade macroeconômica e do sistema financeiro fornece confiança e segurança aos bancos para aumentarem o volume de empréstimos e oportunidade das taxas de juros básicas do país caírem.

Em seus primeiros diagnósticos em outubro de 1999, os técnicos do Banco Central consideravam que os elevados spreads são causados pela grande inadimplência nas operações de crédito e pelo reduzido nível de alavancagem de empréstimo, que limitava a diluição dos custos administrativos e de capital

O Banco Central acredita que as medidas adotadas (disponíveis no Anexo I) surtiram efeito e foram as grandes responsáveis pela significativa redução do spread a partir de outubro de 1999 até os dias atuais.

As diferentes políticas econômicas implementadas pelo governo para assegurar o sucesso do Plano Real desde sua implantação – metas monetárias, mudanças no regime cambial de fixo para flutuante e metas inflacionárias – não foram sequer citadas pelo Banco Central como uma possível causa da diminuição do spread bancário verificada no período em análise.

Em seus projetos lançados nos anos subseqüentes ao estudo sobre juros e spread no Brasil, o Banco Central divulga uma decomposição econométrica do spread, que merecem algumas considerações:

- o modelo econométrico não é totalmente completo, uma vez que não apresenta qual é a sensibilidade do spread em relação ao mercado do setor bancário. O Banco Central deixou de analisar se o aumento da concentração bancária verificada nessa última década pode aumentar o spread bancário no Brasil;
- A variável *risk* – da equação econométrica estimada – que é a diferença do spread do rendimento do C- Bond sobre o rendimento do título do Tesouro americano com mesma maturidade, representa o risco doméstico do país, não pode ser considerada como um fator que gere impacto sobre os spreads. O spread bancário está relacionado com as operações de crédito doméstico efetuadas pelos bancos dentro do país, não podendo ser influenciado pela variável *risk*, já que esta mede a diferença de rendimento de títulos externos, não se relaciona diretamente com os juros praticados domesticamente;
- Em períodos de crises internacionais, o Brasil sempre foi alvo de ataques especulativos, apresentando uma piora no ambiente macroeconômico e aumentos do spread. Esse aumento do spread bancário no país pode ser reflexo do simples fato do governo ter sido obrigado a aumentar a taxa Selic

nesses períodos para se defender de ataques especulativos sobre a moeda, e não, conforme defende o Banco Central, que o aumento do spread em períodos de incertezas macroeconômica do país é explicado pela variável *risk*;

- A variável *risk* não pode, em partes, refletir a margem líquida dos bancos. O *risk* é um default dos títulos soberanos de um país, que não está relacionada com os rendimentos das diferentes modalidades de créditos domésticos dos bancos.
- O teste econométrico foi interrompido em 2002. Segundo o Banco Central a menor volatilidade do spread bancário doméstico este ano não pode mais ser explicado pelo risco do C – Bond, ou seja, a variável *risk* .

Capítulo 3

OS DETERMINANTES DO SPREAD BANCÁRIO

No terceiro capítulo é apresentado um modelo econométrico sobre o spread. O modelo tenta analisar se algumas variáveis tem impactos positivos sobre os spread.

Para construção do modelo são utilizado como variáveis, a Selic, a volatilidade da Selic, o risco – país, e o spread passado no período anterior com relação ao spread presente.

O modelo econométrico tem com objetivo, avaliar o impacto de variação da taxa básica de juros – Selic – sobre o spread bancário, os efeitos da redução da volatilidade da Selic sobre o spread bancário e a possível existência de elementos que apontem para a importância do poder de barganha dos bancos na formação do spread, com o aumento da concentração do setor bancário.

Na primeira seção desse capítulo é analisada a relação consolidação bancária e spread bancário. Na segunda seção são apresentadas as políticas cambiais e monetárias do Plano Real. Na terceira seção, apresenta o teste econométrico sobre o spread.

3.1 Consolidação bancária e Spread bancário

Como já foi apresentado no primeiro capítulo, o Brasil está passando por um processo recente de consolidação - fusões e aquisições - no setor bancário. Um conjunto de fatores e acontecimentos influenciaram a consolidação bancária no Brasil, a saber :

- Fim de ganhos com o floating inflacionário por parte dos bancos com a estabilização dos preços a partir do Real;

- A desregulamentação financeira e programas governamentais de incentivo diretos à promoção de F & As– PROER e PROES – após a crise bancária de 95;
- Crises externas de 1997 e 1998, Acordo da Basileia e os avanços tecnológico;
- Reação defensiva dos grandes bancos privados nacionais a entrada dos bancos estrangeiros, participando de grandes F & As. ;

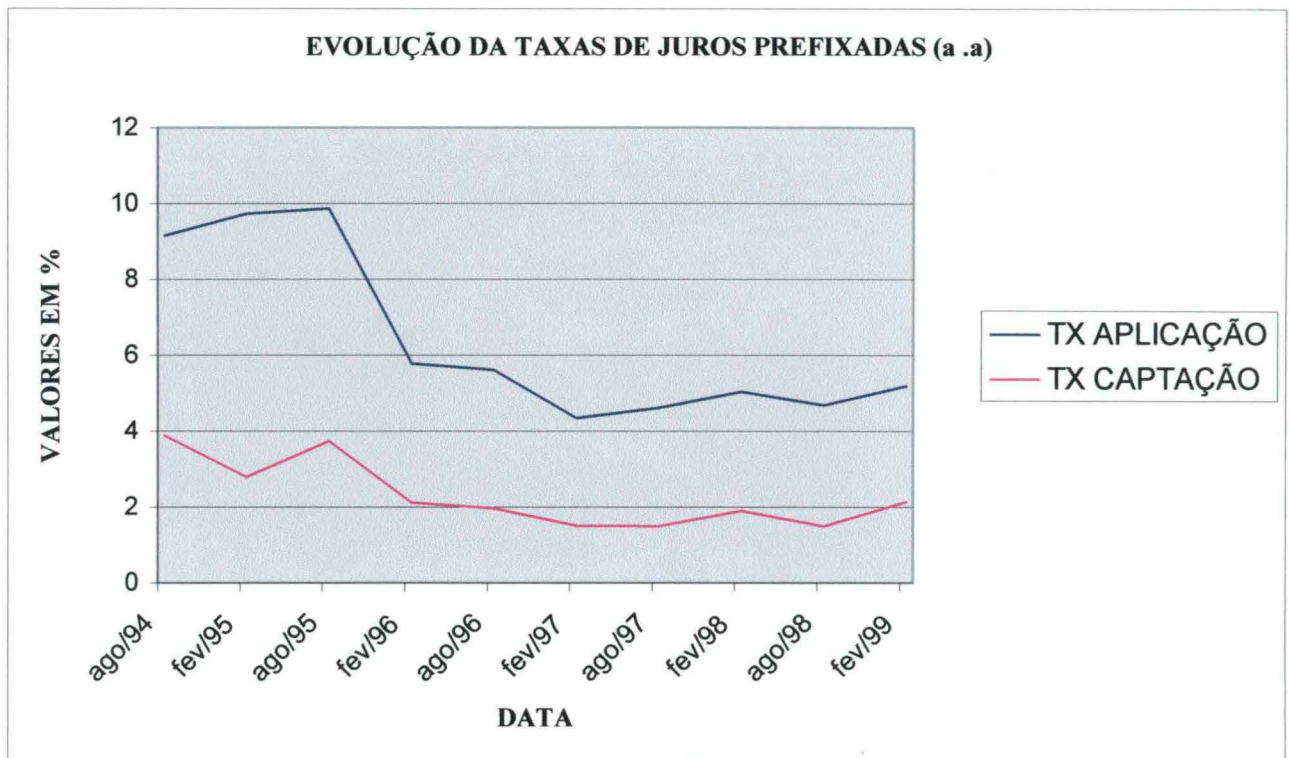
O processo de consolidação bancária no Brasil, acompanhou as tendências internacionais. Houve uma redução do número de instituições financeiras, diminuição do emprego no setor e aumento do grau de concentração do mercado.

No capítulo 2 mostramos também que o spread bancário no Brasil é um dos mais elevados do mundo, contudo, desde o seu nível mais elevado em fevereiro de 1995, o spread bancário médio teve uma queda significativa . De 146,44% a.a em fevereiro de 1995 o spread bancário caiu para 44,31% a. a em agosto de 2003.

Sendo assim, observou-se desde 1994 um movimento de aumento do grau de concentração do setor bancário brasileiro em paralelo a uma nítida tendência de queda do spread bancário. Esse fenômeno aparentemente contraditório pode ser explicado pelo fato de que o aumento do poder de mercado dos grandes bancos brasileiros pode ter levado essas instituições a reduzir as suas taxa de captação (CDB, poupança), mas a taxa de aplicação (empréstimo) teve uma redução maior, gerando essa queda do spread nos últimos anos.

Esse movimento pode ser visualizado no Gráfico 3.1 que apresenta a evolução da taxa de aplicação e captação dos bancos no período de agosto de 1994 à fevereiro de 1999.

GRAFICO 3.1 - EVOLUÇÃO DA TAXAS DE JUROS PREFIXADAS



FONTE: BANCO CENTRAL

Pelo Gráfico 3.1 exposto acima, verifica-se que tanto a taxa de aplicação como a taxa de captação apresentam um nítida tendência de queda. A taxa de aplicação vem caindo num ritmo mais forte do que a taxa de captação, por isso o spread bancário se reduz ao longo desse período.

Apesar da relação inversa entre o grau de concentração do setor bancário e o spread médio cobrado pelos bancos no período 1994 – 2002; existem elementos que nos permitem deduzir um papel importante do processo de consolidação bancária na dinâmica do spread, a saber:

- 1) As variáveis contábeis como inadimplência, despesas administrativas, impostos diretos (IR, CSLL), lucros dos bancos, impostos diretos (inclusive CPMF) – conforme a decomposição contábil do spread feita pelo Banco Central – tiveram reduções desiguais, segundo a Tabela 2.3. Houve uma alteração do grau de importância dos componentes do spread. A

inadimplência que sempre teve a maior participação na composição do spread foi suplantada pelos lucros dos bancos. O lucro dos bancos representava em agosto de 2002, 40.2 % do spread bancário. Esse aumento da participação do lucro dos bancos no spread bancário pode sinalizar um aumento do poder de mercado dos mesmo devido ao processo de consolidação bancária.

- 2) Na decomposição econométrica do spread feita pelo Banco Central, cuja a equação de regressão encontra-se abaixo, verifica-se que a variável *adm* (definida coma a razão das despesas administrativas sobre o volume de crédito) é a que tem o maior impacto (medido pela elasticidade) sobre o spread. Pelo resultado da estimação acima, como já salientado, um aumento de 1% nos custos administrativos, irá aumentar o spread bancário em 1,554% . Isso é uma evidencia do poder de mercado dos bancos, uma vez que os bancos são capazes de repassar a sua ineficiência na intermediação financeira para o preço do crédito.

$\ln \text{spread} = - 0,0003 \text{Trend} + 0,503 \ln \text{selic} + 1,554 \ln \text{adm} + 0,219 \ln \text{risk} + 0,723 \ln \text{imp}.$

3.2 – O impacto das políticas monetária e cambial sobre o Spread

A implementação do Plano Real vem utilizando diferentes mecanismo e instrumentos macroeconômicos para manutenção da estabilidade de preços. Com efeito, no período 1994 – 2003, podemos destacar:

- 1) A adoção do regime de metas monetárias de junho de 1994 a março de 1995.
- 2) Adoção de uma âncora cambial em março de 1995 através do estabelecimento de um sistema misto de bandas cambiais e crawling peg.

3) Adoção do regime de flutuação cambial e do sistema de metas de inflação em 1999.

No regime de âncora cambial, o governo combateu a inflação com o câmbio valorizado e abertura econômica, pois, estimulou as importações e aumentou a competição dos produtos importados com os nacionais, fazendo que os produtores domésticos não fossem capazes de aumentar seus preços.

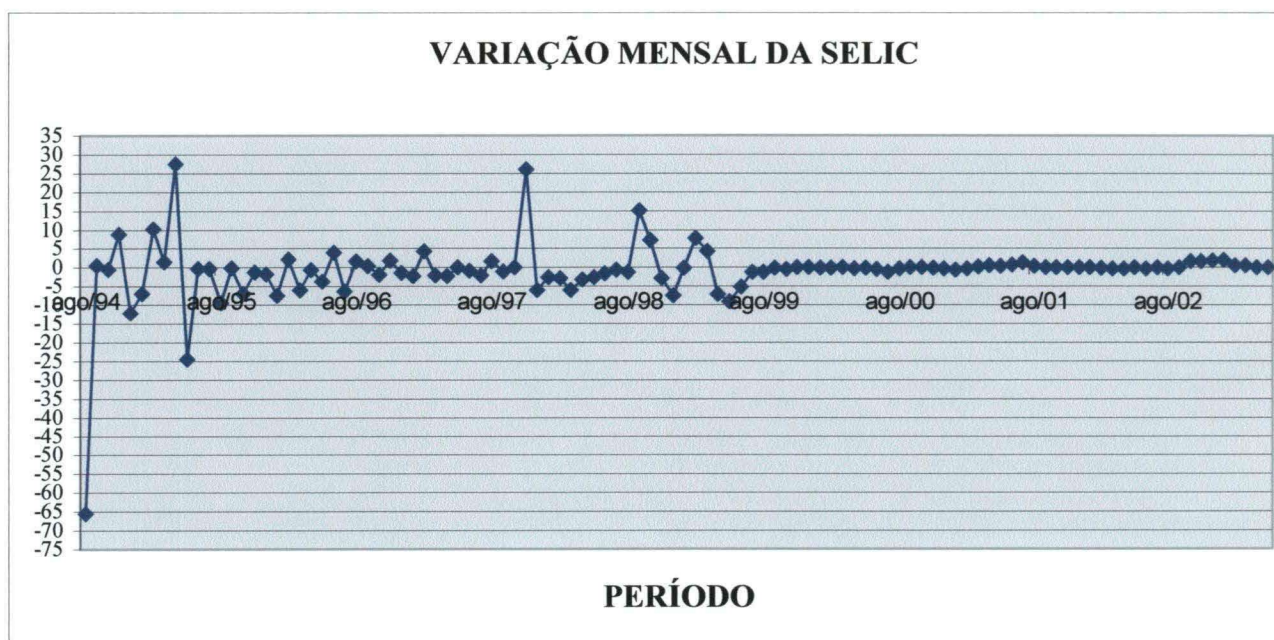
Em janeiro de 1999, o Governo adotou o regime de câmbio flutuante em decorrência do fracasso de se manter o regime de âncora cambial, sustentado até então. Após a adoção da livre flutuação do câmbio, o governo implementa o sistema de Metas de Inflação, no qual a taxa de juros básica assume a função de controlador das pressões inflacionárias.

Essas mudanças na condução da política monetária e cambial, estiveram associadas à uma redução na volatilidade da taxa Selic nos últimos anos. O Gráfico 3.4 apresenta a evolução da diferença entre a taxa Selic de cada mês com respeito ao valor prevalecente no mês anterior, desde da implementação do Plano Real até abril de 2003

Com base nesse Gráfico, constatamos que a taxa de juros Selic vem se tornando uma variável menos volátil. Anteriormente ao regime de âncora cambial, entre maio de 1994 à fevereiro de 1995, a taxa de juros Selic era bastante volátil. Após a mudança no regime cambial em março de 1995, os juros tem apresentado um comportamento mais estável, exceto nos períodos de crise externa.

A partir da adoção do regime de metas de inflação é que se verifica uma menor volatilidade da taxa básica de juros. No período de 1999 até maio de 2003, a taxa Selic tem apresentado variação média de 1 a 2 pontos percentuais por mês.

GRAFICO 3.2 – VARIAÇÃO DA TAXA DE JUROS SELIC



FONTE: BANCO CENTRAL

3.3 – Determinantes do spread: Testes Econométricos

Nesta última seção iremos analisar mais profundamente a questão da determinação do spread bancário no Brasil, por intermédio de um exercício econométrico. Esse exercício tem como objetivos:

- 1) Avaliar o impacto de variação da taxa básica de juros – Selic – sobre o spread bancário, com vistas a corroborar ou refutar a hipótese de que o nível do spread bancário no Brasil reflete, em larga medida, o estado prevalente da política monetária.
- 2) Avaliar os efeitos da redução da volatilidade da Selic sobre o spread bancário
- 3) Identificar a existência de elementos que apontem para a importância do “poder de mercado” dos bancos na formação do spread

A equação estimada para o spread bancário tem a seguinte forma:

$$spread = \beta_0 + \beta_1 spread (t-1) + \beta_2 selic + \beta_3 selic(t-1) + \beta_4 selic(t-2) + \beta_5 selic(t-3) + \beta_6 risco + \beta_7 Va^2$$

onde, *spread* é o spread bancário, *Selic* é a taxa selic, *risco* é Va^2 é a diferença elevada ao quadrado entre a taxa selic no mês atual e a taxa selic do mês anterior e β_i ($i=0, \dots, 4$) são os parâmetros a ser estimado.

Para estimar a equação foram utilizadas de 105 amostras mensais¹, entre o período de dezembro 1994 à maio de 2003. As séries de tempo correspondente são todas estacionárias ao nível de 10%. De acordo com o Quadro 3.1, pelo teste de estacionariedade **DICKEY – FULLER**, o *spread* é estacionário ao nível de 5%, a *selic* é estacionário a nível de 5%, a variável *risco* é estacionária ao nível de 10% e a variável va^2 é estacionária ao nível de 1%. Além disso, a variável dependente *spread* teve uma defasagem.

QUADRO 3.1 – ESTACIONARIEDADE: TESTE DICKEY - FULLER

Spread	Teste DF	-2.963.562	1% Critical Value*	-3,4959
			5% Critical Value	2,8900
			10% Critical Value	-2,5818
Selic	Teste DF	-3.323.425	1% Critical Value*	-3,4959
			5% Critical Value	-2,8900
			10% Critical Value	-2,5818
Risco	Teste DF	-2.765.475	1% Critical Value*	-3,4959
			5% Critical Value	2,8900
			10% Critical Value	-2,5818
Va²	Teste DF	-4.078.350	1% Critical Value*	-3,4959
			5% Critical Value	2,8900
			10% Critical Value	-2,5818

FONTE: Própria autoria do autor

¹ As 105 amostras mensais estão no Anexo II

O Quadro 3.2 apresenta o resultado da regressão. Somente os parâmetros β_1 e β_7 são estatisticamente significativo, as demais variáveis explicativas não são importantes na regressão

QUADRO 3.2 – RESULTADO DA REGRESSÃO

Variável dependente : SPREAD					
Método Mínimos Quadrados Ordinários					
Período : Dez de 1994 à maio de 2003					
B	regressores	Parâmetros	Desvio padrão	Teste t	Prob (Teste t)
b1	SPREAD(-1)	0.934121	0.019588	4.768.770	0.0000 *
b2	SELIC	0.015402	0.009225	1.669.620	0.0983
b3	SELIC(-1)	0.008484	0.009318	0.910525	0.3649
b4	SELIC(-2)	0.010351	0.009390	1.102.369	0.2731
b5	SELIC(-3)	0.002710	0.009386	0.288724	0.7734
b6	RISCO	0.000782	0.001194	0.654803	0.5142
b7	Va ²	0.018724	0.004006	4.673.785	0.0000 *
b0	C	0.991619	1.472.521	0.673416	0.5023

* indica significância do Teste t à nível de 1%

FONTE: Própria autoria do autor

De acordo com o resultado da regressão – Quadro 3.2 – a variável defasado spread (t-1) têm significância ao nível de 1% pelo teste t. A variação do spread do período anterior tem impactos positivos sobre a variável dependente, spread presente. Isso evidencia a existência da inércia do Spread, ou seja, uma rigidez do preço do crédito. Essa rigidez do spread pode indicar o poder de mercado dos bancos, uma vez o setor bancário ser concentrado, os grandes bancos tem grande poder de determinar os preços, isto é, os juros de créditos. A falta da competitividade dos bancos no setor, fazem que os bancos não sejam obrigados a diminuir seus preços no crédito

Pelo teste t – além do spread defasado – a variável va² é significativa ao nível de 1%. Um aumento da variação taxa selic no mês corrente em relação a taxa selic do mês anterior, gera impactos positivos sobre o spread, isto é, um aumento da volatilidade da taxa de juros Selic no médio e longo prazo, possibilita menor confiança entre os agentes econômicos responsáveis pelas operações de

crédito, diminuindo o volume de crédito e encurtando os prazos, contribuindo assim, para um aumento do spread.

A variável explicativa Selic não é significativa pelo teste t para variação do Spread. O spread é um mark-up sobre os juros básicos. A equação (1) abaixo, indica que uma redução da taxa de juros básica Selic, não consiste necessariamente em redução do spread, pois existe o mark-up dos bancos.

Equação (1) – taxa de crédito bancário.

$$I_c = (1 + z) \cdot i^* ;$$

Em que I_c é a taxa de crédito do bancos, z é o mark-up e i^* a taxa Selic.

E por último, a variável risco também não é significativo na equação. Conforme já foi apresentado, a variável risco é a diferença do rendimento do C-Bond sobre o rendimento do título do Tesouro americano com mesma maturidade. O valor do risco mede a chance de um país declarar default aos seus títulos soberano para aos investidores, por isso, não serve como proxy de inadimplência dos tomadores de crédito bancário doméstico.

No Quadro 3.3 apresentam – se testes estatísticos e econométricos. O teste F, que verifica se os regressores são significativos, mostrou-se significativo ao nível de 1%. O teste de Durbin – Watson, apresentou que não há autocorrelação serial e os parâmetros são consistente. O teste R^2 analisa se a equação é estatisticamente representativa. Pelo resultado apresentado, a variação da variável dependente spread é explicado em 98,31% pelos seus regressores ou variáveis explicativas.

QUADRO 3.3 – TESTES ESTATÍSTICO E ECONOMÉTRICOS

Coeficiente de Determinação (R^2)	0.983118
Coeficiente de Determinação (R^2) ajustado (R^2)	0.981874
Estatística F	7.903.329
Prob (Estatística F)	0.000000
Durbin – Watson	1.862.080

Com os resultados apresentados no Quadro 3.2 e 3.3, esse modelo econométrico consegue com sucesso testar os objetivos supracitadas.

CONCLUSÃO

A reestruturação bancária, é um fenômeno que vem ocorrendo em vários países, devido à desregulamentação financeira e aos avanços tecnológicos na telecomunicação e informática. No Brasil a consolidação bancária é recente e os seus fatores que determinantes foram: o processo de estabilização de preços, a crise bancária de 1995, a abertura do mercado bancário ao capital estrangeiro (desregulamentação financeira), as privatizações dos bancos públicos, a crise externa de 1997 e 1998, os impactos do Acordos da Basiléia e os avanços tecnológicos.

A consolidação no Brasil teve início com a intervenção estatal. Para impedir a eclosão de crise bancária sistêmica, o governo adotou várias medidas voltadas para a reestruturação e o fortalecimento do sistema financeiro (PROER E PROES) e flexibilização nas normas de entrada de bancos estrangeiro.

A entrada de bancos estrangeiros no setor bancário, obrigaram os bancos nacionais há uma reação defensiva. Para se defenderem da concorrência externa, os grandes bancos privados – Bradesco, Itaú e Unibanco – participaram de grandes F& As. Foi analisado que os bancos privados nacionais são hegemônicos no setor e controlam um parcela significativa do mercado

O aumento da concentração no setor bancário em consequência da consolidação que o Brasil – fez com o que os maiores bancos – privados, públicos, nacionais ou estrangeiro – tivessem maiores sucesso na obtenção de lucratividade ou rentabilidade ao longo dos últimos anos.

Ao contrário do que se esperava, o aumento do grau de concentração do setor bancário não gerou aumento no spread bancário no Brasil. Desde 1994 foi analisado um aumento do grau de concentração do setor bancário brasileiro em paralelo uma redução do spread bancário. Isso é explicado pelo fato que o aumento do poder de barganha dos grandes bancos brasileiros pode ter levado a uma redução de sua taxa de captação – CDB e poupança – mas a taxa de aplicação – empréstimo – teve uma redução maior, gerando essa queda do spread durante o Plano Real.

Por outro lado, alguns fatores mostraram a influência do poder de mercado dos bancos sobre o spread bancário: primeiro, conforme a decomposição contábil do spread, a margem de lucro dos bancos representa o maior custo do spread, segundo, na decomposição econométrica do Banco Central, os custos administrativos geram os maiores impactos sobre o spread e por último, no novo modelo econométrico do spread, verificou-se a rigidez do spread. A rigidez do spread pode indicar o poder de mercado dos bancos, uma vez o setor bancário ser concentrado, os grandes bancos tem grande poder de determinar os preços do crédito.

No modelo econométrico apresentado no capítulo 3, foram analisado que existem elementos que aponte para a importância do poder de mercado dos bancos na formação do spread e que a menor volatilidade da Selic nos últimos anos pode reduzir o spread bancário brasileiro.

No entanto, a taxa Selic apresentou como insignificante no modelo. Uma vez que o spread é um mark-up sobre os juros básicos, uma redução da taxa de juros básica Selic, não consiste necessariamente em redução do spread, pois existe o mark-up dos bancos.

É no tocante do mark-up dos bancos, que o Banco Central defende corretamente até os dias de hoje, que o spread é formado em inadimplência, as despesas administrativa, impostos diretos, o lucro líquido e imposto indiretos. Uma evidência que a taxa Selic é insignificante a variação do spread, são os últimos dados do spread. O spread no ano 2003 teve um recuo 1.1% e a Selic teve queda de dez pontos percentuais.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ALVES JUNIOR, A.; MARQUES, M.B.L; PAULA, L.F.R. “ Ajuste patrimonial e padrão de rentabilidade dos bancos privados no Brasil durante o Plano Real (1994-1998)”. Estudos Econômicos, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, pp.286-319, Janeiro/Março. 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “*Juros e Spread Bancário no Brasil*”. Disponível em:< www.bcb.gov.br > Acesso em: 25 ago. 2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “*Juros e Spread Bancário no Brasil – Avaliação de 01 anos de projeto* ”. Disponível em < www.bcb.gov.br> Acesso em: 01 set.2003

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “*Juros e Spread Bancário no Brasil – Avaliação de 02 anos de projeto*”. Disponível em < www.bcb.gov.br> Acesso em: 01 set.2003.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. “*Juros e Spread Bancário no Brasil – Avaliação de 03 anos de projeto*”. Disponível em < www.bcb.gov.br> Acesso em: 01 set.2003

CARVALHO, F. C et alli (2000). “*Economia monetária e Financeira*”. Campus: Rio de Janeiro.

CYSNE, R; COSTA, S.G.S (1996). “*Reflexos do Plano Real sobre o sistema bancário brasileiro*”. Ensaios Econômicos EPGE, n.279. Rio de Janeiro: EPGE/FGV.

MARQUES, M.B.I. *“Causas e Conseqüência da Consolidação Bancária no Brasil”*, Niterói, 2002. 76 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Departamento de Economia, Universidade Federal Fluminense.

OREIRO, J.L.(2003). *“Preferência Pela Liquidez, Racionamento de Crédito e Concentração bancária – Uma nova teoria pós – keynesiana da firma bancária”*, Anais do 8º Encontro de Economia Política, Florianópolis.

PAULA, L.F.R (2002).*“Determinante e Impactos da Recente Entrada de Bancos Europeus no Brasil”*. FCE/UERJ, Rio de Janeiro.

_____ (2002).*“Consolidação bancária: tendências recentes nos países desenvolvidos e na União Européia”*. Ensaio FEE, Porto Alegre, v 23, n. 2, p. 731-760, 2002.

PUGA, F.P. *“Sistema financeiro brasileiro: reestruturação recente, comparações internacionais e vulnerabilidade à crise cambial”*. Disponível em < www.bndes.gov.br > Acesso em: 10 out. de 2003.

ROCHA, F. *“Evolução da Concentração bancária no Brasil: 1994 – 2000”*. Disponível em < www.bcb.gov.br > Acesso em: 15 out. de 2003

ANEXO I

ANEXO I – MEDIDAS PROPOSTAS E ADOTADAS PELO BACEN

Medidas Propostas	Medidas Adotadas
Competência do BC	
<p>a) redução dos compulsórios</p> <p>A diminuição dos recolhimentos compulsórios contribui para a redução do spread bancário, mas depende essencialmente da política monetária</p>	<p>Os recolhimentos compulsório sobre depósitos a prazo foram reduzidos de 20% para 10%(Circular 2.925,de 02.09.99) e depois para zero (Circulares 2.939 e 2.940, de 14.10.99). Os recolhimentos compulsórios sobre o depósitos a prazo foram elevados no ano de 2001 para 10% (Circular 3.062, de 21.09.2001) e no ano de 2002 para 15% (Circular 3.127, de 14.07.2002)</p> <p>Os recolhimentos compulsórios sobre os depósitos à vista foram ainda reduzidos de 65% para 55% (Circular 2.983, de 07.06.2000)</p> <p>Foi estabelecida uma exigibilidade adicional de recolhimento compulsório de 3% sobre os depósitos a vista e a prazo (Circular 3.144, de 14.08.2002), posteriormente elevada para 8% (Circular 1.197, de 11.10.2002)</p>
<p>b) flexibilidade dos direcionamentos de créditos – propor medidas específicas que diminuam, em geral, os direcionamentos das operações de crédito rural</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADO</p> <p>Não houve progresso nessa área. A flexibilidade desse direcionamento de crédito depende de alternativas de mercado para o crédito rural.</p>
<p>c) aperfeiçoamento do sistema de pagamentos</p>	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>O novo Sistema de Pagamento Brasileiro (SPB) entrou em operação em 22 de abril de 2002. A Resolução 2.882, de 30.08.2001, regulamenta o sistema de pagamento, assim como as câmaras e os prestadores de serviços de compensação e de liquidação que o integram, enquanto a Circular 3.060, de 20.09.2001, estabelece as regras de funcionamento da conta Reservas Bancárias para efeitos do novo sistema de pagamentos</p>
<p>d) modificações nas regras de classificação das operações de crédito e de constituição de</p>	<p>IMPLEMENTADO</p>

<p>provisões – aumentar a segurança das operações de crédito, disseminando uma melhor cultura de crédito no País</p>	<p>Aprovada a Resolução 2.682, de 21.12.1999, dispendo sobre a classificação das operações de crédito, bem como novas regras para constituição de provisões para créditos de liquidação duvidosa.</p>
<p>e) transparência das operações bancárias, levantar informações mais detalhadas sobre juros e encargos das principais operações de crédito e divulgá-las, via Internet, à população</p>	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>Desde outubro de 1999 as informações básicas sobre os juros cobrados pelas instituições financeiras passaram a estar disponíveis na página do Bacen na Internet. A partir de 31.05.2000, as instituições financeiras passaram a prestar ao BC, informações diárias de suas operações de créditos (Circular 2.957, de 30.12.1999, e Comunicado nº 7.569, de 25.05.2000)</p>
<p>f) aperfeiçoamento do COSIF – aumentar a transparência dos balanços</p>	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>O BC desenvolveu ampla e profunda revisão do COSIF, ajustando as regras contábeis a padrões internacionais e objetivando maior transparência das operações e da situação de cada instituição. As instituições financeiras estão obrigadas a encaminhar ao Banco Central informações financeiras trimestrais (Circular nº 2.990, de 28.06.2000, Circular nº 3.033, de 10.05.2001 e Carta-Circular nº 2.940, de 29.09.2000).</p>
<p>g) ampliação da base de cobertura da Central de Risco – reduzir o limite de valor informado</p>	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>Reduzido de R\$ 50 mil para R\$ 20 mil o valor mínimo das responsabilidades que devem ser informadas pelas instituições financeiras ao sistema Central de Risco de Crédito (Circular 2.938, de 14.10.1999). Reduzido, a partir de janeiro de 2001, para R\$ 5 mil o valor mínimo para identificação de clientes no sistema (Circular 2.999, de 24.08.2000).</p>
<p>h) Aumento de informações da Central de Risco – melhorar a qualidade das informações, inclusive pela inclusão de informações positivas</p>	<p>EM IMPLEMENTAÇÃO</p> <p>O Banco Central vem implementando uma grande reestruturação do sistema Central de Risco de Crédito. O objetivo é aumentar o número e a qualidade das informações disponíveis, assim como agilizar o processo de consultas pelas instituições financeiras. As instituições financeiras devem fornecer mensalmente (Circular 3.098, de 20.03.2002) dados agregados sobre seu risco de crédito, informações individualizados sobre as operações dos clientes (responsabilidades acima de R\$ 5 mil) e das operações relevantes (acima de R\$5 milhões), bem como dados</p>

	complementares semestrais (junho e dezembro).
i) promoção institucional da Central de Risco – esclarecer o papel dessa Central enquanto instrumento de disseminação de informações positivas	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>Com o objetivo de melhor divulgar a Central de Risco junto à opinião pública e os seus usuários, o Banco Central implantou na Internet uma página específica sobre a Central. A página inclui uma apresentação didática sobre a implantação, papel e a reformulação em curso, assim como detalhes da regulamentação e do projeto da nova Central de Risco.</p>
j) portabilidade de informações cadastrais – aumentar a concorrência bancária, autorizando os clientes transferirem seus cadastros a outra instituição financeira	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>A partir de 02.04.2001, as instituições Financeiras estão obrigadas a fornecer a seus clientes, quando por eles solicitados, informações cadastrais dos dois últimos anos, compreendendo os dados pessoais, o histórico das operações de crédito e financiamento e o saldo médio mensal mantido em conta corrente, aplicações financeiras e demais modalidades de investimento realizadas (Resolução 2.808, de 21.12.2000). Estas informações podem ser fornecidas a terceiros, desde que formalmente autorizado, caso a caso, pelo cliente.</p>
k) maior concorrência no cheque especial – promover maior transparência quanto aos juros, encargos e outras condições praticadas nessas operações	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>Os bancos comerciais estão obrigados a fornecer, a partir de 02.04.2001, inclusive nos extratos mensais gratuitos, informações mais detalhadas sobre os encargos financeiros cobrados em operações de cheque especial (Resolução 2.808, de 21.12.2000, atual Resolução 2.835, de 30.05.2001). As informações devem compreender o período de incidência da cobrança, a taxa de juros efetivamente cobrada e os valores debitados a cada mês.</p>
l) Redução de exigências burocráticas – revisar um sem número de exigências que podem ser consideradas excessivas em relação a operações de pequeno valor	<p>AÇÃO PERMANENTE</p> <p>A partir da criação do Comitê Executivo Setorial do BC, no âmbito do Programa Nacional de Desburocratização, foram iniciados em abril de 2000 os trabalhos de GT específico, com a colaboração de representantes das instituições financeiras. A principal ação envolve a racionalização e simplificação dos documentos e informações solicitados pelo Banco Central às instituições financeiras (Programa Permanente de Racionalização do Fluxo de Informações – PRFI)</p>

m) securitização e negociação de recebíveis – tomar medidas destinadas a estimular a disseminação e crescimento desse mercado	IMPLEMENTADO Foi editada a Resolução 2.907, de 29.11.2001, dispondo sobre a constituição e funcionamento de fundos de investimento em direitos creditórios e de fundos de aplicação em quotas de fundos de investimento em direitos creditórios
n) Derivativos de crédito – possibilitar o uso desses instrumentos de redução e transferência dos riscos de crédito	IMPLEMENTADO A Resolução 2.933, de 28.02.2002, autorizou a realização de operações com derivativos de crédito, estabelecendo que somente poderão operar na qualidade de receptora do risco de crédito as instituições financeiras autorizadas a realizar empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil.. A Circular 3.106, de 10.04.2002, regulamentou a realização dessas operações com derivativos de crédito.
Medidas Propostas	Medidas Adotadas
Proposição de medidas legais:	
I - no âmbito do Poder Executivo	
a) Redução do IOF – reduzir o impacto do IOF nas operações de crédito, principalmente para os empréstimos para pessoas físicas	IMPLEMENTADO Redução do IOF nas operações com pessoas físicas, de 6% para 1,5%, com vigência a partir de 18.10.99.
b) Tratamento da dedução do IR/CSLL sobre provisionamento de créditos – estudar a viabilidade de maior uniformização desses procedimentos	NÃO IMPLEMENTADO As discussões entre o Banco Central e a Secretaria da Receita Federal não prosperaram como esperado.
II – no âmbito do Poder Legislativo	
a) Aperfeiçoamento do sistema de pagamentos – consolidar legalmente as modificações que o BC vem realizando no sistema	IMPLEMENTADO Promulgada a Lei 10.214, de 27.03.2001, que teve por base a Medida Provisória 2.115-16, de 23.02.2001, originalmente Medida Provisória 2.008, de 05.12.1999, regulamentando a atuação das câmaras de compensação e de liquidação, no âmbito do Sistema de Pagamentos Brasileiro.
b) Criação da Cédula de Crédito Bancário – disseminar a utilização de um título de crédito mais simples e eficaz no trâmite judicial	IMPLEMENTADO Editada a Medida Provisória 1.925, em 15.10.99, atual MP 2.160-25, de 23.08.2001, criando a, Cédula de Crédito Bancário (CCB). Em sua reedição de 23.03.2001, foram

	<p>promovidos alguns aperfeiçoamentos no sentido de facilitar a negociação dos Certificados de Cédula de Crédito Bancário, de forma a aumentar a liquidez dos créditos amparados por essas Cédulas.</p> <p>Foi editada a Resolução 2.843, de 28.06.2002, regulamentando a emissão de Certificados de Cédula de Crédito Bancário</p>
c) Esclarecimento sobre anatocismo (juros sobre juros) no SFN – esclarecer que esse dispositivo da lei da usura não se aplica ao SFN	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>A Medida Provisória 1.963-17, de 30.03.2000, atual MP 2.170-36, de 23.08.2001, em seu artigo 5, esclarece que, nas operações do SFN, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano.</p>
d) Contrato eletrônico de crédito – trabalhar pelo estabelecimento de uma lei que regule a proteção das partes contratantes em operações transitadas através da Internet e de outros meios eletrônicos	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>A Medida Provisória 2.200, de 28.06.2001, atual MP 2.200-2, de 24.08.2001, institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica dos contratos eletrônicos. A ICP-Brasil, regulamentado pelo Decreto 3.872, de 18.07.2001, é composto por uma autoridade gestora de políticas (Comitê Gestor), pela Autoridade Certificadora Raiz (AC Raiz), pelas Autoridades Certificadoras (AC) e Autoridades de Registro (AR). O Comitê Gestor está vinculado à Casa Civil da Presidência da República e composto por 11 membros (sendo 4 da sociedade civil). O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, do Ministério da Ciência e Tecnologia, já foi homologado como AC Raiz e o Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) como seu prestador de serviços, responsável pela operação inicial pelo sistema de certificação</p>
e) Aperfeiçoar os instrumentos de garantia nas operações de crédito – reduzir o risco de insolvência do devedor, bem como assegurar a compensação de posições em instrumentos derivativos em casos de decretação de regime especial em instituições financeiras e não financeiras.	<p>IMPLEMENTADO</p> <p>Alienação fiduciária – A Medida Provisória 2.063-22, de 23.06.2001, atual MP 2.160-25, de 23.08.2001, em seu artigo 22, permite a aplicação de alienação fiduciária em garantia de coisa fungível ou de direito. A alienação fiduciária, antes restrita aos bens móveis, principalmente veículos, e mais recentemente a imóveis (Lei 9.514, de 20.11.1997), poderá ser feita também sobre outros bens e direitos, como títulos e outros créditos.</p> <p>Compensação de Pagamentos – A Medida Provisória 2.192-68, de 28.06.2001, atual MP 2.192-70, de 24.08.2001, em seu artigo 30,</p>

	<p>contempla a realização de acordo para compensação e a liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), nas hipóteses e segundo as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Segundo esse dispositivo, estas compensações de pagamento (“netting”) não serão afetadas pela decretação de insolvência civil, concordata, intervenção, falência ou liquidação extrajudicial relativa a parcela da compensação, sujeitando-se apenas o saldo líquido positivo ou negativo nas relações com a parte insolvente. Foi editada a Resolução 3.039, de 30.10.2002, regulamentando os acordos para a compensação e a liquidação de obrigações no âmbito do SFN.</p>
<p>f) Modificações na Lei de Falências – encaminhar contribuições ao projeto em discussão no Congresso Nacional</p>	<p>EM ESTUDO</p> <p>O BC avaliou e propôs uma série de sugestões ao Projeto de Lei 4.376-A, de 1993 (Lei de Falências), que está em fase final de tramitação no Congresso Nacional, com a finalidade de aperfeiçoar o projeto.</p>

FONTE: BANCO CENTRAL

ANEXO II

ANEXO II – DADOS ORIGINAIS DA REGRESSÃO

Observações	Spread	Selic	Risco	Volatilidade
1994:08	113.0500	56.46000	822.0000	4295.492
1994:09	110.3900	57.06000	751.0000	0.360000
1994:10	114.9800	56.57000	850.0000	0.240100
1994:11	127.9700	65.36000	817.0000	77.26410
1994:12	139.2200	53.25000	918.0000	146.6521
1995:01	139.5200	46.25000	1053.000	49.00000
1995:02	146.4400	56.54000	1208.000	105.8841
1995:03	135.1400	57.98000	1430.000	2.073600
1995:04	143.5900	85.47000	1229.000	755.7001
1995:05	144.7600	61.05000	1082.000	596.3364
1995:06	137.3500	60.84000	1107.000	0.044100
1995:07	134.6800	60.53000	1119.000	0.096100
1995:08	139.4200	51.11000	1091.000	88.73640
1995:09	137.6200	510.0000	983.0000	0.012100
1995:10	135.4600	44.11000	1039.000	47.47210
1995:11	132.7300	42.93000	1035.000	1.392400
1995:12	127.3400	41.22000	950.0000	2.924100
1996:01	104.6100	33.83000	780.0000	54.61210
1996:02	106.9000	36.11000	880.0000	5.198400
1996:03	96.75000	30.16000	840.0000	35.40250
1996:04	94.89000	29.42000	763.0000	0.547600
1996:05	86.89000	25.64000	748.0000	14.28840
1996:06	81.39000	29.65000	688.0000	16.08010
1996:07	77.61000	23.28000	681.0000	40.57690
1996:08	73.06000	25.01000	610.0000	2.992900
1996:09	72.15000	25.40000	534.0000	0.152100
1996:10	56.35000	23.49000	595.0000	3.648100
1996:11	56.01000	25.27000	547.0000	3.168400
1996:12	56.37000	23.94000	524.0000	1.768900
1997:01	54.91000	21.73000	402.0000	4.884100
1997:02	59.14000	26.14000	451.0000	19.44810
1997:03	58.11000	24.11000	437.0000	4.120900
1997:04	54.53000	21.84000	403.0000	5.152900

1997:05	55.43000	21.91000	369.0000	0.004900
1997:06	54.07000	21.08000	377.0000	0.688900
1997:07	51.81000	19.04000	631.0000	4.161600
1997:08	52.95000	20.78000	605.0000	3.027600
1997:09	52.06000	19.81000	362.0000	0.940900
1997:10	50.67000	19.93000	681.0000	0.014400
1997:11	62.61000	45.90000	583.0000	674.4409
1997:12	63.26000	39.79000	527.0000	37.33210
1998:01	61.47000	37.19000	554.0000	6.760000
1998:02	70.24000	34.32000	502.0000	8.236900
1998:03	65.60000	28.32000	447.0000	36.00000
1998:04	67.70000	25.16000	472.0000	9.985600
1998:05	59.99000	22.60000	586.0000	6.553600
1998:06	57.10000	21.02000	680.0000	2.496400
1998:07	54.57000	20.33000	624.0000	0.476100
1998:08	52.27000	19.23000	1449.000	1.210000
1998:09	56.61000	34.29000	1352.000	226.8036
1998:10	61.22000	41.58000	1235.000	53.14410
1998:11	62.75000	38.73000	1010.000	8.122500
1998:12	58.44000	31.24000	1282.000	56.10010
1999:01	58.23000	31.19000	1589.000	0.002500
1999:02	63.40000	38.97000	1448.000	60.52840
1999:03	61.91000	43.25000	1083.000	18.31840
1999:04	68.62000	36.12000	910.0000	50.83690
1999:05	62.23000	27.11000	1124.000	81.18010
1999:06	57.32000	22.01000	1052.000	26.01000
1999:07	52.14000	20.74000	1126.000	1.612900
1999:08	50.82000	19.51000	1218.000	1.512900
1999:09	51.59000	19.38000	1061.000	0.016900
1999:10	51.30000	18.91000	918.0000	0.220900
1999:11	48.31000	18.95000	867.0000	0.001600
1999:12	43.20000	18.99000	680.0000	0.001600
2000:01	41.67000	18.94000	810.0000	0.002500
2000:02	44.54000	18.87000	726.0000	0.004900
2000:03	40.99000	18.85000	709.0000	0.000400
2000:04	40.66000	18.62000	783.0000	0.052900
2000:05	37.48000	18.51000	840.0000	0.012100
2000:06	39.57000	18.04000	757.0000	0.220900
2000:07	38.89000	16.85000	750.0000	1.416100
2000:08	38.91000	16.52000	667.0000	0.108900
2000:09	38.47000	16.56000	698.0000	0.001600
2000:10	38.34000	16.60000	763.0000	0.001600
2000:11	36.43000	16.51000	828.0000	0.008100
2000:12	36.11000	16.19000	762.0000	0.102400
2001:01	35.09000	15.49000	675.0000	0.490000

2001:02	37.76000	15.20000	752.0000	0.084100
2001:03	34.59000	15.39000	811.0000	0.036100
2001:04	35.61000	16.02000	831.0000	0.396900
2001:05	34.53000	16.43000	874.0000	0.168100
2001:06	35.23000	17.28000	865.0000	0.722500
2001:07	34.47000	18.57000	993.0000	1.664100
2001:08	38.99000	190.0000	984.0000	0.184900
2001:09	39.60000	19.06000	1206.000	0.003600
2001:10	42.72000	19.06000	1204.000	1.00E-05
2001:11	41.50000	19.05000	1016.000	0.000100
2001:12	39.95000	19.05000	881.0000	1.00E-05
2002:01	41.61000	19.05000	895.0000	1.00E-05
2002:02	41.80000	18.97000	793.0000	0.006400
2002:03	41.91000	18.72000	734.0000	0.062500
2002:04	40.61000	18.37000	874.0000	0.122500
2002:05	40.29000	18.37000	1001.000	1.00E-05
2002:06	37.10000	18.10000	1527.000	0.072900
2002:07	38.58000	18.17000	2302.000	0.004900
2002:08	39.45000	17.84000	1623.000	0.108900
2002:09	39.61000	17.89000	2396.000	0.002500
2002:10	40.21000	19.59000	1745.000	2.890000
2002:11	42.03000	21.25000	1585.000	2.755600
2002:12	42.46000	23.03000	1439.000	3.168400
2003:01	44.06000	25.06000	1323.000	4.120900
2003:02	44.59000	25.68000	1205.000	0.384400
2003:03	47.21000	26.32000	1045.000	0.409600
2003:04	47.48000	26.32000	822.0000	0.000100
2003:05	47.83000	26.31000	795.0000	0.000100